

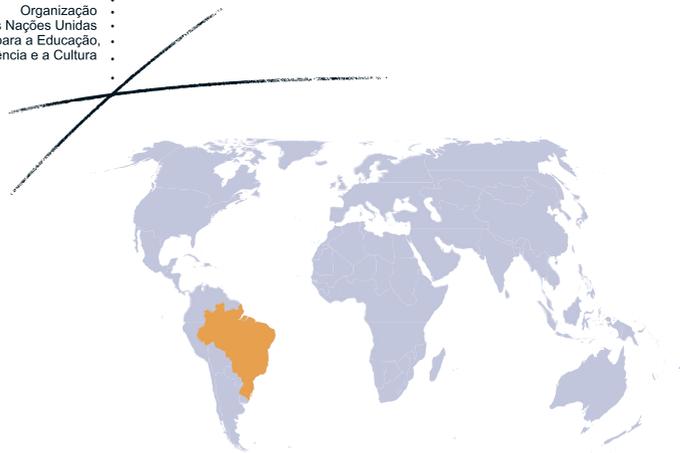
Monitoramento dos Objetivos de Educação para Todos no Brasil



Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

Representação no Brasil

 Moderna



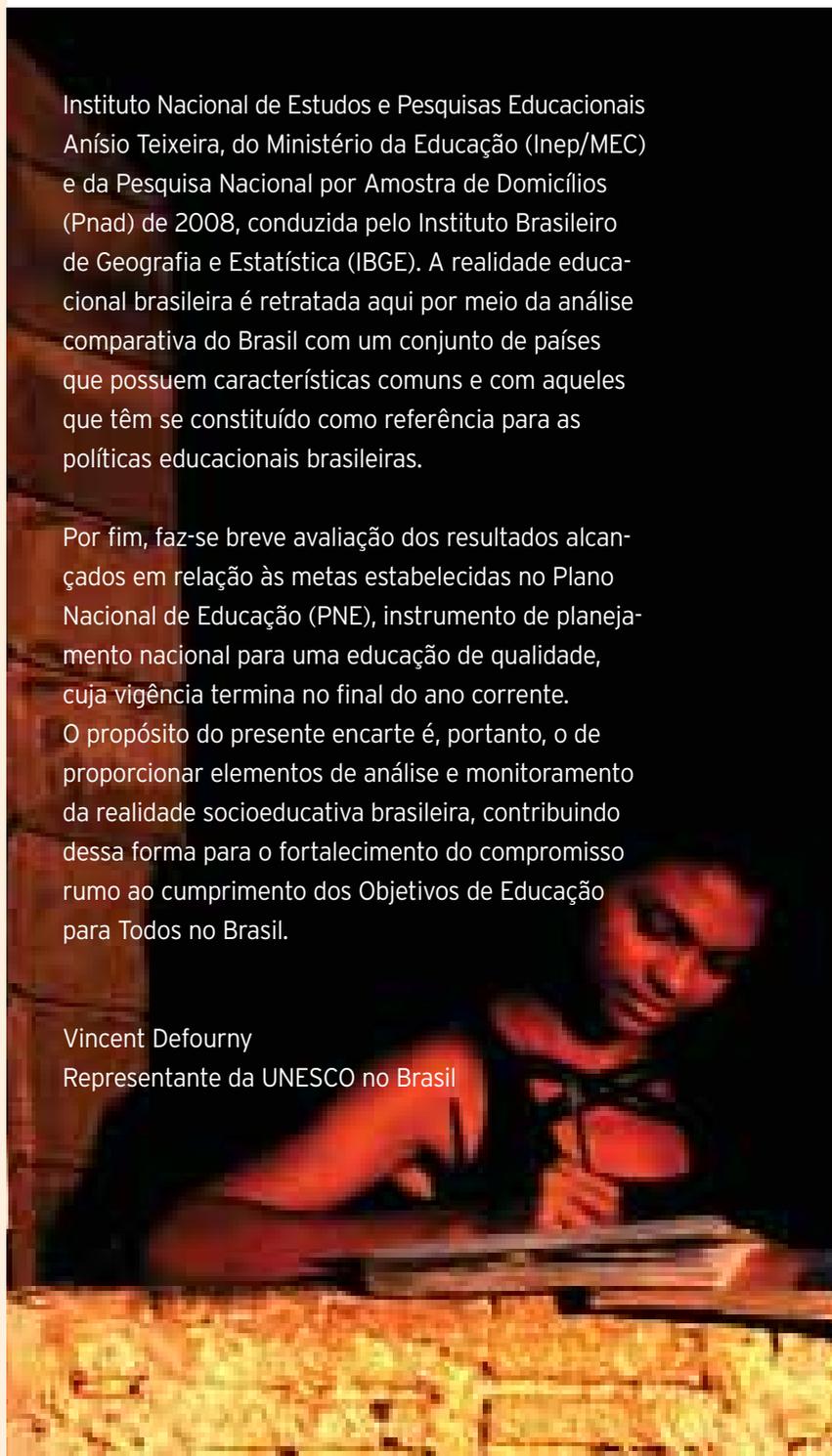
O compromisso com a Educação para Todos (EPT) firmado em Dacar no ano 2000 representa o principal eixo de atuação do programa de Educação da UNESCO no mundo. Seis objetivos de EPT foram estabelecidos para assegurar o acesso a oportunidades educacionais abrangendo desde a oferta de educação e cuidados na primeira infância à garantia das necessidades de aprendizagem básicas de jovens e adultos. Na condição de coordenadora dos esforços internacionais em prol da realização dos objetivos de EPT até 2015, a UNESCO conta com uma equipe de especialistas que se dedica a monitorar o cumprimento destes objetivos no maior número de países com dados disponíveis. Assim, o Relatório de Monitoramento Global de EPT publicado anualmente pela UNESCO consolida um conjunto de dados estatísticos que permite acompanhar a evolução de cada país em relação aos seis objetivos.

A Representação da UNESCO no Brasil, comprometida com a melhoria da qualidade da educação pública no país, se propõe a contribuir para o debate e para a formulação de políticas públicas educacionais por meio de um conjunto diversificado de ações, entre as quais o monitoramento dos objetivos de Educação para Todos no Brasil. Com esta finalidade, foi elaborado este encarte cujo propósito é oferecer ao leitor brasileiro um panorama dos avanços realizados pelo país rumo ao alcance dos objetivos de EPT. Nele foram destacadas as estatísticas apresentadas pelo *Relatório de Monitoramento Global de EPT 2010* referentes ao Brasil, além dos dados educacionais mais recentes do Censo Escolar de 2007, realizado pelo

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, do Ministério da Educação (Inep/MEC) e da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) de 2008, conduzida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A realidade educacional brasileira é retratada aqui por meio da análise comparativa do Brasil com um conjunto de países que possuem características comuns e com aqueles que têm se constituído como referência para as políticas educacionais brasileiras.

Por fim, faz-se breve avaliação dos resultados alcançados em relação às metas estabelecidas no Plano Nacional de Educação (PNE), instrumento de planejamento nacional para uma educação de qualidade, cuja vigência termina no final do ano corrente. O propósito do presente encarte é, portanto, o de proporcionar elementos de análise e monitoramento da realidade socioeducativa brasileira, contribuindo dessa forma para o fortalecimento do compromisso rumo ao cumprimento dos Objetivos de Educação para Todos no Brasil.

Vincent Defourny
Representante da UNESCO no Brasil



Monitoramento dos Objetivos de Educação para Todos no Brasil

O Brasil teve avanços expressivos na educação nos últimos anos, mas desigualdades persistem entre os segmentos sociais

Nos dez anos que separam a Conferência de Educação para Todos, realizada em Dacar em 2000, e este documento, o Brasil apresentou avanços expressivos na educação, especialmente na ampliação do acesso em todas as etapas. Com isso, foram incorporados maiores contingentes dos segmentos da população mais afetados pela exclusão, como os mais pobres, os negros e os residentes da área rural. Aperfeiçoamentos no aparato normativo foram também promovidos, visando melhorar a qualidade da educação recebida pela população brasileira. Contudo, o País continua a apresentar sérios problemas na área, entre eles a persistência da desigualdade entre os segmentos sociais, tanto em indicadores de progressão e desempenho escolar quanto nos de acesso à educação infantil, ao ensino médio e à educação superior. Neste documento, a análise da situação brasileira é feita a partir dos dados mais recentes disponíveis, em sua maioria dos anos 2007 e 2008. Entretanto, com base na evolução ocorrida nos anos anteriores, é possível considerar as perspectivas de alcance dos diferentes objetivos.

Este documento de monitoramento dos objetivos de Educação para Todos no Brasil é dedicado à atualização do exame da situação do Brasil no cumprimento das metas de Dacar³, comparando-a a de outros países, avaliando as perspectivas de alcance dessas metas até o ano de 2015 e tratando das desigualdades que caracterizam a educação brasileira.

Cumprimento dos objetivos de EPT

A situação atual do Brasil em relação aos seis objetivos

O *Relatório de Monitoramento Global de EPT 2010* analisou a evolução da situação educacional de 128 países, entre eles o Brasil. O presente documento parte de informações trazidas no *Relatório de Monitoramento Global de EPT 2010* sobre o País, complementando-as, e utilizando como estratégia analítica a comparação com outros países que compõem conjuntos cujas características são compartilhadas pelo Brasil ou que têm se constituído como referência. O primeiro grupo é formado por aqueles países que, em razão de estarem em processo de desenvolvimento mais acelerado, vêm se aproximando da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e integrando algumas de suas iniciativas. É o caso, além do Brasil, da África do Sul, da China e da Rússia (país oficialmente candidato a integrá-la). Composta por 31 países, essa organização internacional tem entre seus objetivos coordenar políticas econômicas e sociais, apoiar o crescimento econômico sustentado, aumentar o emprego e a qualidade de vida dos cidadãos e manter a estabilidade financeira.

Concretamente, o Brasil já participa de dois programas de avaliação desenvolvidos pela OCDE, o Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (Pisa) e o Programa Internacional sobre Ensino e Aprendizagem (Talis). Além disso, o Ministério da Educação, na criação do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) como indicador estatístico da qualidade da educação, utilizou como referência para as metas a serem alcançadas pelo Brasil o patamar educacional que têm hoje a média dos países da OCDE. Os parâmetros técnicos de comparação entre a qualidade dos sistemas de ensino do Brasil e a daqueles países foram

Quadro 1: Terminologia referente à estrutura de ensino brasileira

Ao tratar especificamente da realidade educacional brasileira, empregar-se-á a terminologia oficial brasileira que, especialmente no caso do ensino fundamental e médio, apresenta diferenças em relação à terminologia internacional:

Ensino fundamental – com duração mínima de oito anos¹, é obrigatório para as crianças de sete a 14 anos². Na terminologia internacional, o termo educação primária corresponde à última série da educação infantil mais as quatro primeiras séries (1ª a 4ª séries) do ensino fundamental. As quatro últimas séries (5ª a 8ª séries) do ensino fundamental correspondem à educação secundária inferior.

Ensino médio – etapa final da educação básica, no Brasil tem duração de três anos. Seria equivalente ao ensino secundário superior.

1. Neste documento, a referência será sempre a do ensino fundamental com oito anos de duração, uma vez que a Lei nº 11.274, de 2006, que incluiu as crianças de seis anos de idade nessa etapa e aumentou sua extensão para nove anos, somente deve ter sua implementação completada no fim do ano de 2010.

2. Em 2009, com a Emenda Constitucional nº 59, também o ensino médio passa a ser obrigatório. A implementação desse dispositivo, entretanto, deverá se completar até 2016.

3. UNESCO. Educação para Todos: o compromisso de Dacar. Brasília: UNESCO, CONSED, Ação Educativa, 2001. Disponível em: <<http://www.unesco.org/pt/brasil/pt/resources-services/legal-instruments/international-instruments-ed/>>.



© UNESCO / Mita Perillo

elaborados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep/MEC). Como explica o Instituto, a referência à OCDE é parâmetro técnico em busca da qualidade, e não um critério externo às políticas públicas educacionais desenvolvidas no âmbito da realidade brasileira.⁴

Quadro 2: O Brasil e a Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE)

Ainda que o Brasil não seja membro da Organização, nem candidato à adesão, observa-se, por parte da OCDE, movimento de aproximação com esse e outros países emergentes. Em maio de 2007, a Organização convidou o Brasil e mais quatro países (China, Índia, Indonésia e África do Sul) para com ela intensificar seus canais de diálogo.

Outro conjunto aqui selecionado é o chamado Grupo E-9, composto por nove países (Brasil, Bangladesh, China, Egito, Índia, Indonésia, México, Nigéria e Paquistão), que juntos somam 3,5 bilhões de habitantes – ou seja, mais de 50% da população mundial –, dos quais 343 milhões em idade equivalente à da escola primária. Os países do grupo E-9 concentram 67% dos 759 milhões de analfabetos de todo o planeta. O último conjunto de países com o qual se busca cotejar o Brasil foi selecionado entre aqueles da América do Sul que, depois do nosso, possuem maior população (Argentina, Colômbia, Peru e Venezuela).

Pare efeito de análise comparativa, os dados aqui utilizados foram aqueles publicados no *Relatório de*

Monitoramento Global de EPT 2010 e dizem respeito, com algumas exceções devidamente referenciadas, ao ano de 2007, último ano com dados disponíveis para a maioria dos países.

Quadro 3: O Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (Pisa) e o Programa Internacional sobre Ensino e Aprendizagem (Talis)

O Pisa é um programa internacional de avaliação comparada, cuja principal finalidade é produzir indicadores sobre a efetividade dos sistemas educacionais, avaliando o desempenho de alunos na faixa dos 15 anos, idade em que se pressupõe o término da escolaridade básica obrigatória na maioria dos países. O Pisa pretende avaliar o letramento em Leitura, Matemática e Ciências. No Brasil, o Pisa é coordenado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep/MEC).

O Talis é um programa internacional de avaliação cujo foco é o ambiente de aprendizagem e as condições de trabalho dos professores nas escolas.

Educação e cuidados na primeira infância

Objetivo 1: Expandir e melhorar a educação e os cuidados na primeira infância, especialmente para as crianças mais vulneráveis e desfavorecidas.

O *Relatório de Monitoramento Global de EPT 2010*, como os que o antecederam, enfatiza que a educação e os cuidados recebidos nos primeiros anos de vida são

O Brasil faz parte do E-9, grupo de nove países que concentram 67% dos 759 milhões de analfabetos do planeta

4. Disponível em: <http://portalideb.inep.gov.br/index.php?option=com_content&task=view&id=3&Itemid=4>.



© UNESCO / Mita Petritlo

O Brasil é reconhecido por colocar a nutrição na agenda de redução da pobreza com o Programa Fome Zero

fundamentais para a aprendizagem nos anos posteriores e aumentam as chances de superação da pobreza e de outras desvantagens sociais. Mais uma vez aponta para a negligência da ação de governos nessa área e reafirma a urgência de se superarem as más condições de saúde e de nutrição, bem como as desigualdades educacionais na primeira infância, em vários países.

Prioridade para nutrição e saúde

No que tange à saúde e à nutrição, embora o Brasil venha mostrando melhoria significativa em alguns indicadores como mortalidade infantil, o País ainda se encontra distante dos indicadores apresentados pelos países da OCDE. Apresenta, por outro lado, situação bem mais favorável do que vários membros do E-9.

A taxa de mortalidade infantil no País (24 por mil nascidos vivos) encontra-se muito acima da observada nos países da OCDE, sendo melhor apenas que a apresentada pela Turquia (28 por mil), admitida nesse grupo no ano de 1996. É, contudo, mais elevada que a do México (na OCDE desde 1994 e também membro do E-9).

Entre os demais que ora se aproximam da Organização, o Brasil encontra-se em melhor situação que a África do Sul apenas, estando muito perto daquela apresentada pela China. A taxa brasileira é pior que a de países vizinhos como Argentina, Colômbia, Peru e Venezuela, distanciando-se favoravelmente dos demais países que compõem o E-9, à exceção do México. Em cobertura vacinal, por outro lado, o Brasil mostra-se muito bem posicionado, superando mesmo alguns países da OCDE no percentual de crianças de até um ano de idade imunizadas.

No monitoramento desse objetivo relativo à primeira infância, o Brasil recebeu destaque no *Relatório de Monitoramento Global de EPT 2010* por colocar a nutrição no centro da agenda de redução de pobreza, com o Programa Fome Zero. É também citado, junto com o México, pela implantação de proteção social efetiva, por meio da transferência de renda condicionada à participação em programas de nutrição, no caso brasileiro, promovida pelo Programa Bolsa Família.

Creches ainda insuficientes

Como nos relatórios anteriores, o atendimento em programas de natureza educacional para crianças de até três anos de idade mostra deficiências quanto a informações sistemáticas. O *Relatório de Monitoramento Global de EPT 2010* registra existência de programas para essa faixa etária no Brasil e demais países com os quais é aqui comparado, à exceção de Bangladesh, República Tcheca e Luxemburgo, variando, entretanto, as idades efetivamente cobertas. No Brasil, a educação nessa faixa etária é parte da educação infantil e se denomina creche. Ainda que venha apresentando crescimento, observam-se baixa taxa de cobertura e grandes desigualdades na oferta. Em 2007, 17% das crianças de até três anos de idade estavam em creches; quase o dobro da cobertura que antecede o Marco de Ação de Dacar, em 1999, em que o percentual era de 9,2%.

Também para as crianças com três anos ou mais de idade, etapa usualmente denominada educação pré-primária ou pré-escolar, o número de matrículas vem crescendo, porém as comparações são dificultadas pela diversidade de idades incluídas nos diferentes países. Para o Brasil, a faixa informada no *Relatório de Monitoramento Global de EPT 2010* é de quatro a seis anos, uma vez que a inclusão da criança de seis anos no ensino fundamental de nove anos de duração deverá ser implementada até o final do ano de 2010, e os dados referem-se a 2007. *Grosso modo*, comparando-se as taxas brutas de escolarização nessa etapa, verifica-se que a situação brasileira (taxa de 61%) é melhor apenas que a da Turquia e a da Polônia, no grupo de países da

OCDE. Cotejado com países que se aproximam daquela Organização, é superado apenas pela Rússia. Dos países do E-9, apenas o México tem taxa mais elevada que a brasileira; dos vizinhos sul-americanos selecionados por sua população, Argentina, Venezuela e Peru também se encontram em melhor situação que a brasileira.

Segmentos menos favorecidos têm menor acesso

O *Relatório de Monitoramento Global de EPT 2010* mais uma vez evidencia que as crianças de estratos sociais menos favorecidos e que mais poderiam tirar proveito dos programas de educação e cuidados são as que têm menor acesso. No Brasil, isso não é diferente. Além disso, a oferta apresenta qualidade aquém das referências reconhecidas como adequadas, inclusive pelo Ministério da Educação (BRASIL, 2005), e geralmente é pior nos estabelecimentos nos quais se encontram as crianças desses segmentos sociais desfavorecidos.

Na União Europeia, onde está a maioria dos países da OCDE, os programas de educação e cuidados com as crianças de até cinco/seis anos de idade foram estabelecidos também como política de igualdade entre homens e mulheres, uma vez que podem liberá-las para atuar no mercado de trabalho. O Brasil, ainda que apresente taxa de participação feminina na força de trabalho (58%) semelhante à maioria dos países da OCDE, e até supere a de vários deles, bem como a de países vizinhos sul-americanos, não mostra extensão de atendimento às crianças condizente com essa ocupação feminina. Assim, grande parte das famílias não conta com creches para seus filhos, sendo obrigadas a deixá-los aos cuidados de vizinhos ou parentes, muitas vezes em condições bastante precárias.

Universalização da educação primária

Objetivo 2: Assegurar que, até 2015, todas as crianças (especialmente as meninas) que vivem em circunstâncias difíceis e aquelas que fazem parte de minorias étnicas, tenham acesso à educação primária completa, gratuita, obrigatória e de boa qualidade.

A forma como se estruturam os níveis de ensino e a idade apropriada para cursá-los varia entre os países. A educação primária no Brasil equivale às quatro primeiras séries do ensino fundamental de oito anos de duração⁵, correspondendo à faixa etária de sete a dez anos, se cursadas na idade apropriada. As últimas séries do ensino fundamental e o ensino médio correspondem à educação secundária, tratada no próximo tópico.



O acesso à educação primária no Brasil, como mostra o *Relatório de Monitoramento Global de EPT 2010*, supera o de alguns países com os quais se busca compará-lo neste documento. O percentual de crianças na faixa etária própria que cursavam essa etapa (taxa líquida de escolarização), no Brasil, foi de 93% em 2007⁶, superando as taxas da Hungria, da Suíça, dos Estados Unidos, da Eslováquia e, ligeiramente, a da Turquia, do grupo da OCDE. É superior também ao da África do Sul, entre os países que se aproximam daquela organização; e no caso dos países sul-americanos mais populosos, às taxas da Colômbia e da Venezuela (nesse caso, ligeiramente). Entre os que compõem o E-9, somente o Egito, a Indonésia e o México apresentam percentuais mais elevados de acesso à educação primária que o observado no Brasil.

O desafio da “cultura da repetência”

Ainda que o acesso à educação primária venha crescendo no mundo, muitas crianças não chegam a concluí-la, ou o fazem em tempo maior que o esperado. O Brasil inclui-se entre os países que apresentam as mais elevadas taxas de repetência na educação primária, mesmo tendo mostrado, nos últimos anos, uma redução expressiva nesse indicador. No *Relatório de Monitoramento Global de EPT 2010*, a repetência apresentada⁷ para as quatro primeiras séries do ensino fundamental brasileiro é de 18,7%, abaixo, portanto, da existente em 1999 (24%), porém superior à de todos os países escolhidos para comparação neste documento. Destes, os valores mais elevados são apresentados por Bangladesh (10,9%), no Grupo do E-9, e Portugal (10,2%), da OCDE. Entre os países que ora se aproximam dessa Organização, a maior taxa depois da Brasil é a da África do Sul (8%). Observa-se que a repetência na educação primária no Brasil é ainda três vezes maior que a taxa apresentada pela América Latina (5,6%). Esse fenômeno da educação brasileira tem sido denominado “cultura da repetência” e mostra-se como

A mortalidade infantil no Brasil ainda é alta, mas a cobertura vacinal é melhor que a de alguns países da OCDE

5. A partir da implementação da Lei nº 11.274 de 2006, que inclui as crianças de seis anos no ensino obrigatório, a educação primária no Brasil passa a englobar os cinco primeiros anos do ensino fundamental, correspondendo a faixa etária de seis a 10 anos.

6. Os indicadores publicados no *Relatório de Monitoramento Global de EPT 2010* são calculados com base nos dados fornecidos por órgãos oficiais dos países. Nos casos em que não está disponível o dado sobre o ano analisado, é utilizado o do ano anterior, devidamente referenciado. O órgão responsável pelas informações brasileiras é o Inep/MEC. Os indicadores publicados no *Relatório de Monitoramento Global de EPT 2010* foram certificados por aquele Instituto em abril de 2009. Nos indicadores que incluem dados populacionais, são utilizadas estimativas da Divisão de População das Nações Unidas.

7. Os dados referem-se ao ano letivo encerrado em 2005.



© UNESCO \ Mila Petrillo

Não basta estar na escola na idade adequada, é preciso concluí-la com sucesso

um grande desafio. A organização em ciclos tem sido uma das estratégias adotadas para enfrentá-lo em algumas redes de ensino, na medida em que promove o avanço automático do aluno para a série seguinte.

Considerando-se que a universalização da educação primária implica não apenas estar na escola na idade adequada a essa etapa educacional, mas concluí-la, e assim ter acesso a conhecimentos e competências iniciais que constituem as necessidades básicas de aprendizagem, o Brasil ainda está distante de atingi-la. Mostra o *Relatório de Monitoramento Global de EPT 2010* que a taxa de sobrevivência na última série dessa etapa educacional apresentada pelo País é de 76%⁸, mais baixa que a dos demais países selecionados para comparação neste documento, que apresentaram essa informação, à exceção do Paquistão, de Bangladesh e da Índia (Tabela 7, do Anexo Estatístico).

Necessidades de aprendizagem dos jovens e adultos

Objetivo 3. Assegurar que as necessidades de aprendizagem de todos os jovens e adultos sejam atendidas por meio do acesso equitativo a programas apropriados de aprendizagem que permitam o desenvolvimento de habilidades que sejam úteis para toda a vida.

8. Esse dado se refere ao ano letivo concluído em 2004, o mais recente disponível quando da elaboração do *Relatório de Monitoramento Global de EPT 2010*. Ver no glossário a explicação sobre o indicador.

9. Conforme nomenclatura adotada pelo Centro Internacional da UNESCO para Educação Técnica e Vocacional (UNEVOC). No Brasil a terminologia adotada pela legislação é educação profissional.

As crescentes exigências de conhecimentos e habilidades para a inserção no mundo do trabalho, na economia e na vida cidadã na atual sociedade do conhecimento impõem a ampliação da escolaridade dos jovens, bem como do acesso à educação e formação técnica e profissional⁹. Mostra o *Relatório de Monitoramento Global de EPT 2010* que os países desenvolvidos estão próximos de universalizar a educação secundária e têm avançado na oferta de educação e formação técnica e profissional nesse nível ou na educação superior. Para os demais países, entretanto, essas metas representam ainda desafios, às vezes, de grande monta.

A educação secundária, para efeitos de comparação internacional, inclui, no caso da organização da educação brasileira, as últimas séries do ensino fundamental (5ª à 8ª) e o ensino médio. A idade correta para cursar a educação secundária, assim compreendida, estende-se dos 11 aos 17 anos de idade, no Brasil.

Em cerca de três quartos dos países abrangidos pelo *Relatório de Monitoramento Global de EPT 2010*, entre eles o Brasil, as séries equivalentes às últimas do ensino fundamental fazem parte da educação compulsória. No Brasil, a lei que determinou essa extensão data de 1971 (Lei nº 5.692/71). Em 2009, com a Emenda Constitucional nº 59, também o ensino médio passa a ser obrigatório. A implementação desse dispositivo, entretanto, deve se completar até 2016.

No Brasil, o número total de alunos na educação secundária (23,4 milhões, segundo os dados de 2007) é maior que a população de 11 a 17 anos de idade (23,3 milhões), em razão do contingente de alunos acima da idade esperada matriculados nessa etapa. Dos que se encontram na faixa etária própria, 77% cursam a educação secundária. Essa taxa é mais elevada que a da África do Sul, a dos países do E-9 que têm dados divulgados no *Relatório de Monitoramento Global de EPT*, a da Colômbia e da Venezuela e a da média da América Latina (72%). Aproxima-se à da Argentina (78%) e supera ligeiramente a do Peru (76%). É inferior àquelas dos países da OCDE, à exceção da Turquia (69%).

Atenção à educação e formação técnica e profissional

O *Relatório de Monitoramento Global de EPT 2010* dá grande destaque à educação e formação técnica e profissional, ofertada segundo diferentes modelos nos vários países, e frequentemente vinculada à educação secundária. Mostra que, no mundo, um em cada dez estudantes secundaristas encontra-se matriculado nesses programas. No Brasil, em 2007, 997 mil

alunos estavam matriculados na educação profissional¹⁰, segundo o *Relatório de Monitoramento Global de EPT 2010*, o que equivale a menos de 4,3% das matrículas na educação secundária. Comparada àquelas apresentadas pelos países selecionados neste documento, essa taxa é mais elevada que a da Índia (0,8%), Bangladesh (2,4%), Nigéria (2,6%) e Paquistão (3,6%). Dos países da OCDE, os que apresentam menores taxas são a Coreia do Sul e a Hungria, e neles o percentual é três vezes maior que o do Brasil.

Quadro 4: Matrículas na educação profissional de nível médio

O Censo Escolar de 2007, do Inep/MEC, registra 693.610 matrículas na educação profissional de nível médio, equivalente a educação secundária superior segundo a terminologia internacional. Em relação ao total de matrículas desse nível de ensino (8.369.369), o percentual representado pelos que estão engajados na educação profissional é de 8,3%.

O Brasil é citado no *Relatório de Monitoramento Global de EPT 2010* entre os países que adotam modelos mistos de educação e formação técnica e profissional, com cursos ofertados no interior do sistema escolar e outros oferecidos por agências governamentais ou privadas, não caracterizadas como escolas. O Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai), administrado pela Confederação Nacional da Indústria, é destacado como um dos maiores sistemas integrados de educação e formação técnica e profissional do mundo. O papel das empresas na identificação das áreas prioritárias de formação profissional e no desenho dos cursos e a participação dos governos federal e subnacionais, bem como dos sindicatos, na administração da instituição são enfatizados.

O *Relatório de Monitoramento Global de EPT 2010* realça que a educação e formação técnica e profissional devem buscar o desenvolvimento de habilidades mais amplas, com ênfase na resolução de problemas e no aprender a aprender, ao lado das habilidades mais especializadas. O fortalecimento da educação básica é considerado elemento-chave para a formação técnica e profissional. O *Relatório de Monitoramento Global de EPT 2010* chama a atenção, ainda, para a importância da busca de equidade, apontando que, em muitos países, a educação e formação técnica e profissional deixa de fora um grande número de jovens. Destaca, também, que muito poderia ser feito por meio de programas de “segunda chance”, flexíveis, para jovens que não concluíram a educação secundária ou que não foram além da escola primária, e pela maior integração dos programas de capacitação profissional às estratégias nacionais de redução de pobreza, como forma de combater o desemprego jovem.

Mais matrículas na educação superior

Quanto à educação superior, os dados do *Relatório de Monitoramento Global de EPT 2010* mostram expressivo crescimento das matrículas no mundo, nos anos posteriores ao Marco de Ação de Dacar. No conjunto dos países em desenvolvimento, o alunado duplicou, situação também observada no Brasil, que em 1999 possuía 2,4 milhões de alunos matriculados nesse nível e, em 2007, atingiu 5,2 milhões. A China, que a despeito de sua enorme população, tinha apenas 6,3 milhões de matriculados na educação superior, quadruplicou o alunado até 2007. No Chile, o crescimento foi de 70%; na Colômbia e em Bangladesh, 60%; e na Argentina e México, 40%.



UNESCO \ Mila Petrillo

No Brasil e nos demais países em desenvolvimento, entretanto, relativamente poucos jovens e adultos têm acesso a esse nível de ensino, se considerado o patamar alcançado pelos países desenvolvidos. Nesses países, a taxa bruta de escolarização (ou seja, a razão entre número total de matrículas e população na faixa etária oficial para essa etapa educacional, 18 a 24 anos de idade) atinge a média de 67%, enquanto nos países em desenvolvimento, a média é de 18%. O Brasil, com a taxa de 30%, mostra melhor situação que os demais países do E-9, à exceção do Egito (35%), e que a média mundial (26%). Sua taxa também é superior à apresentada pela África do Sul, porém é menor que a da Argentina (67%), Chile (52%), Peru (35%), Venezuela (52%), Colômbia (32%) e que a média da América Latina (35%).

Em 2007, 77% dos jovens brasileiros cursavam a educação secundária na idade própria

10. Conforme nomenclatura adotada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) nº 9.394/1996

Alfabetização de adultos

Objetivo 4. Aumentar em 50% os níveis de alfabetização de adultos até 2015, principalmente para mulheres, e facilitar o acesso equitativo à educação básica e contínua para todos os adultos.

Os 759 milhões de pessoas com 15 anos ou mais de idade que não sabem ler e escrever, conforme estima o *Relatório de Monitoramento Global de EPT 2010*, representam 16% da população mundial dessa faixa etária. O analfabetismo está fortemente concentrado em um pequeno grupo de países com populações elevadas, entre os quais se encontram o Brasil e demais países do E-9.

Taxa de analfabetismo ainda alta

No Brasil, em 2007, os analfabetos somavam 13,9 milhões de pessoas com 15 anos ou mais. A taxa de analfabetismo (10%), comparada à de outros países que se aproximam da OCDE, África do Sul, China e Rússia, é melhor apenas que a do primeiro (12%), país marcado pelo *Apartheid*. Daqueles que compõem a OCDE e cujos dados estão disponíveis no *Relatório de Monitoramento Global de EPT*, somente a Turquia mostra situação semelhante, com 11% de analfabetos. Em relação aos países sul-americanos mais populosos, a taxa brasileira é equivalente à do Peru e pior que a dos demais (Argentina, Colômbia e Venezuela).

Entre os países do E-9, grupo constituído precisamente em razão das altas taxas de analfabetismo e por possuírem grande população, o Brasil mostra taxa pior que a do México e da Indonésia, porém muito melhor

que as de Bangladesh, Paquistão, Egito, Índia, onde os analfabetos atingem ou superam um terço da população, e a da Nigéria (28%). Nestes últimos, a mulher ainda ocupa posição socialmente inferior aos homens, o que se reflete em elevadas taxas de analfabetismo entre elas. No Brasil, ao contrário, as mulheres apresentam taxas mais baixas, como também ocorre em indicadores como frequência à escola na idade correta.

A diminuição das taxas de analfabetismo entre os jovens de 15 a 24 anos, resultado do crescimento do acesso à educação nas décadas mais recentes, é observada em vários países. No Brasil, somam 723 mil os analfabetos entre 15 e 24 anos, representando 2% da população nessa idade, percentual ligeiramente melhor que a média da América Latina (3%) e a taxa da África do Sul, da Turquia e de todos os países do E-9, à exceção do México.

Comprometimento com a alfabetização

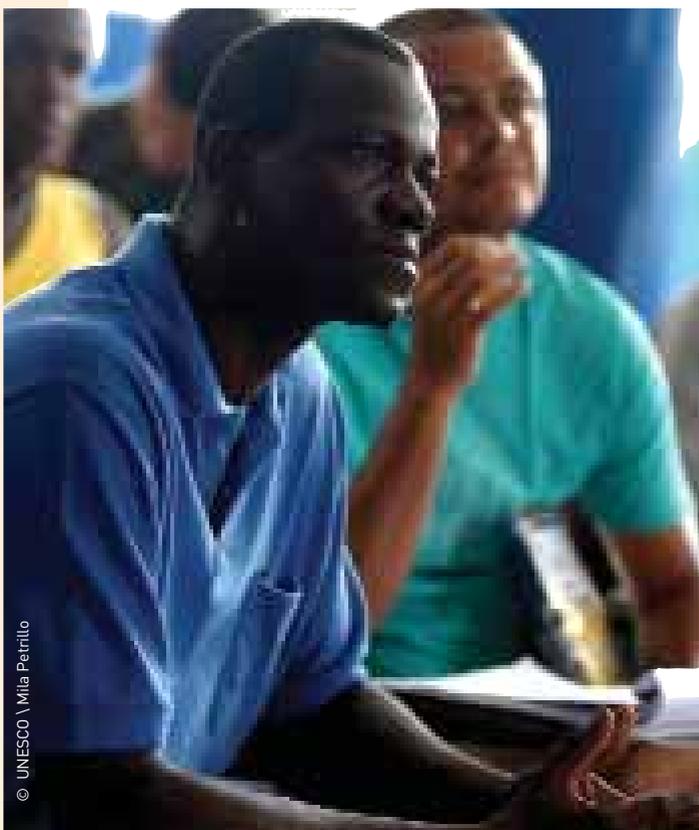
Aponta o *Relatório de Monitoramento Global de EPT 2010* que a meta de alfabetização posta em Dacar é uma das mais negligenciadas entre os objetivos de EPT, e que, a menos que muito esforço seja feito para acelerar o progresso nesse âmbito, não será atingida até 2015. O Brasil e a Índia, esta com 270 milhões de analfabetos, são destacados como países que têm mostrado comprometimento mais elevado dos líderes políticos com a alfabetização de jovens e adultos. O Programa Brasil Alfabetizado, iniciado em 2003 pelo Ministério da Educação e operacionalizado por meio de uma estrutura descentralizada, é descrito como esforço nacional concentrado, em que "líderes políticos desafiaram a cultura de silêncio e indiferença que cercavam o analfabetismo" (*EFA Global Monitoring Report 2010*, p.103).

O peso da pobreza e da exclusão

Analfabetismo e pobreza estão fortemente correlacionados. É nos países e nos lares mais pobres que se encontra maior incidência de analfabetismo. Entre alguns segmentos étnico-raciais e populações que vivem em determinadas localidades, há mais analfabetos pois esses são mais frequentemente excluídos da educação formal e dos programas de alfabetização.

Os desafios representados pela presença ainda expressiva do analfabetismo em muitos países foram tratados na Sexta Conferência Internacional de Educação de Adultos (Confitea VI), organizada pela UNESCO em parceria com o governo brasileiro e realizada em Belém, estado do Pará, em dezembro de

O Relatório de Monitoramento Global de EPT 2010 destaca o Brasil como exemplo de comprometimento com a alfabetização de jovens e adultos



2009. Com a representação de 144 países, foram reiterados os compromissos com a alfabetização de adultos postos no marco da Educação para Todos, na Década das Nações Unidas para a Alfabetização (2003-2010) e na Iniciativa de Alfabetização para o Empoderamento (LIFE).

Paridade e igualdade de gênero

Objetivo 5. Eliminar disparidades entre os gêneros na educação primária e secundária até 2005, e atingir a igualdade de gênero na educação até 2015, como foco na garantia de acesso pleno e igualitário de meninas à educação básica de qualidade, assim como em seu desempenho educacional pleno e equitativo.

As desigualdades educacionais entre homens e mulheres em vários países motivou que se firmasse em Dacar o compromisso de alcançar a paridade de gênero na educação até 2015. Para monitoramento desse objetivo de EPT, utiliza-se o Índice de Paridade de Gêneros (IPG)¹¹.

O Brasil não se incluía entre os países que apresentavam problema grave de falta de paridade de gêneros quando do Marco de Ação de Dacar, ainda que houvesse ligeira diferença em favor dos homens, no caso da educação primária, e em favor das mulheres, na secundária. Na primária (1ª à 4ª série), para a taxa bruta de escolarização, que inclui todas as pessoas que estão matriculadas nessa etapa educacional independentemente da idade, o IPG apresentado pelo Brasil em 1999 era de 0,94, portanto, um pouco melhor que a média dos países em desenvolvimento (0,91) e a mundial (0,92), e mais baixo que a da América Latina (0,97). O índice brasileiro não se alterou muito desde então, sendo de 0,93 em 2007. Nesse mesmo período, melhoraram a média mundial e a dos países em desenvolvimento (0,96 e 0,95, respectivamente). A situação brasileira é também um pouco mais desfavorável às mulheres que aquela mostrada na educação primária pelos outros países que vêm se aproximando da OCDE e pelos países do E-9, à exceção do Paquistão e da Nigéria, cujos índices não atingem 0,9 e onde ainda é arraigada a discriminação de gênero. A disparidade desfavorável às mulheres na educação primária, muitas vezes, é decorrência da entrada das meninas na escola mais tarde que os meninos.

Disparidade de gênero em favor das mulheres nos níveis de ensino pós-primário

Na educação secundária, o IPG apresentado pelo Brasil tanto em 1999 como em 2007 (1,11) mostra disparidade em favor das mulheres. Esse também é o caso



© UNESCO \ Mila Petritto

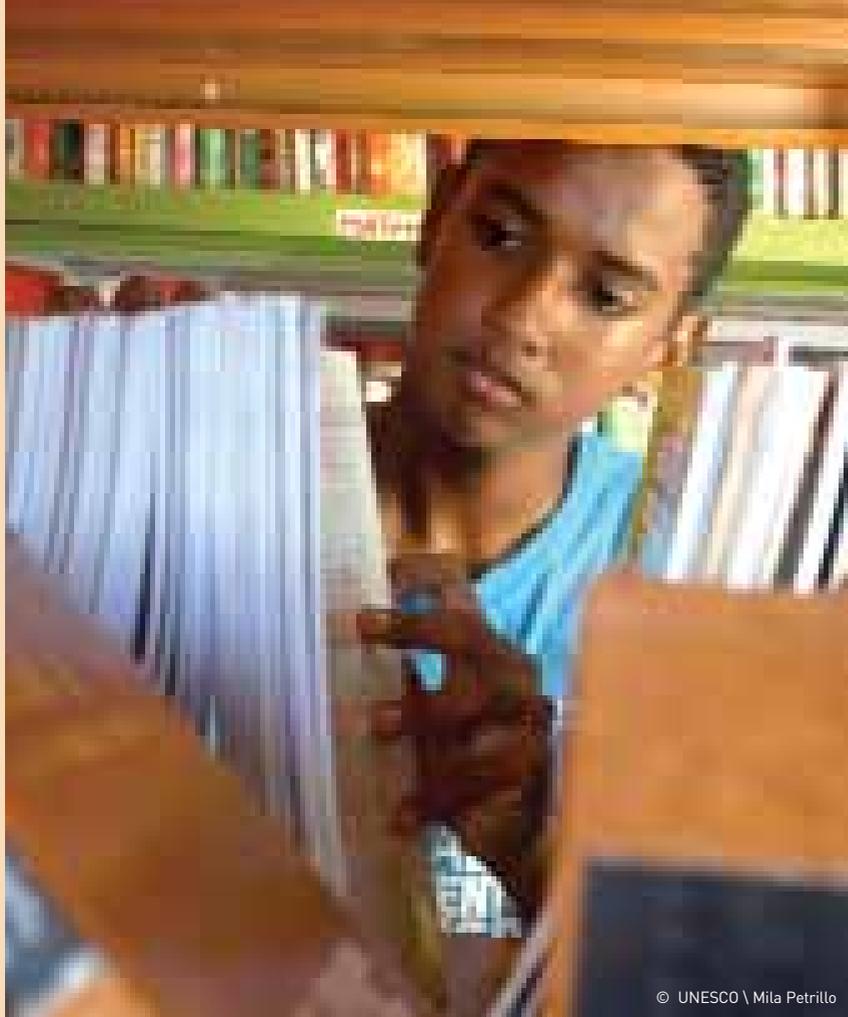
observado no conjunto da América Latina e, em menor monta, nos países que têm se aproximado da OCDE e em vários países-membros da Organização. A disparidade favorável às mulheres ocorre ao longo da trajetória educacional em vários países, porque uma vez que acessam a escola, elas tendem a avançar mais rapidamente e concluir mais séries.

Com a crescente participação das mulheres no sistema educacional, nos vários países, índices mais vantajosos a elas são observados nas taxas de analfabetismo das populações de 15 a 24 anos. É o caso do Brasil, em que para essa faixa etária o IPG é de 1,02. Essa paridade entre gêneros é observada nos demais países com que se compara o Brasil neste documento, com exceção do Paquistão e da Índia, nos quais as mulheres, mesmo as jovens, ainda se encontram em pronunciada desvantagem (índices de paridade de gênero de 0,74 e 0,89, respectivamente).

Ainda que não incluída explicitamente no Objetivo 5, dados sobre paridade de gênero na educação superior brasileira são apresentados no *Relatório de Monitoramento Global de EPT 2010*. Observa-se que aí se aprofunda a vantagem das mulheres, com um IPG de 1,29, ou seja, para cada 100 homens há 129 mulheres nessa etapa educacional. A maior participação das mulheres é observada em muitos países, como nos sul-americanos selecionados e na média da América Latina. Entretanto, quando se verificam os cursos em que estão

No Brasil para cada 100 meninos matriculados na educação secundária há 111 meninas

¹¹O IPG é calculado por meio da divisão do valor observado para as mulheres por aquele encontrado para os homens. Seu valor ideal é 1. Índices menores que 1 mostram disparidades em favor dos homens e maiores que 1, favoráveis às mulheres.



© UNESCO \ Mila Petrillo

Em avaliações internacionais, o Brasil apresenta desempenho abaixo da média em Matemática, Leitura e Ciências.

matriculadas as alunas de educação superior no Brasil, observa-se que estão sub-representadas em algumas áreas, como as de engenharia, manufatura e construção, agricultura e ciências, e estão especialmente super-representadas nas áreas de educação, serviços e saúde e bem-estar, geralmente nos cursos de menor prestígio.

A discriminação de gênero é aspecto que demanda grande atenção dos sistemas educacionais, dos quais se espera igualdade de tratamento e de condições para homens e mulheres. Atitudes e percepções dos professores muitas vezes revelam vieses prejudiciais a um dos gêneros, contribuindo para a persistência de práticas sexistas e a manutenção de estereótipos e de preconceitos existentes na sociedade. A formação de professores, os currículos e os livros didáticos devem estar no centro da promoção da igualdade entre os gêneros.

Qualidade da educação

Objetivo 6. Melhorar todos os aspectos da qualidade da educação e assegurar a excelência de todos, para que resultados de aprendizagem sejam reconhecidos e mensuráveis principalmente em leitura e matemática e na capacitação essencial para a vida.

O sexto e último objetivo estabelecido em Dacar constitui desafio permanente para os sistemas educacionais. É um alvo constantemente revisto e ampliado. O acompanhamento de objetivo de tal complexidade impõe restrições. Os relatórios anuais de monitoramento de EPT têm se baseado em aspectos mensuráveis que fazem parte da qualidade, porém não a esgotam, como os resultados de avaliações de desempenho acadêmico e as condições da oferta educacional, em especial as relacionadas aos docentes e aos recursos materiais.

Nos relatórios se reconhece, entretanto, que as avaliações de desempenho escolar conduzidas internacionalmente, em regiões ou em países, individualmente, apesar de mostrarem as forças e as fraquezas dos sistemas de ensino, apresentam limitações. Tendem a focar disciplinas como língua materna e matemática, não incluindo outras, como história, geografia e arte. Raramente examinam os valores, as atitudes e as habilidades não cognitivas.

O *Relatório de Monitoramento Global de EPT 2010* traz evidências das desigualdades, entre países e dentro de muitos deles, relativas aos resultados de aprendizagem alcançados pelos estudantes. Mostra que insuficiências no desempenho estão associadas às condições materiais e pedagógicas das escolas e a fatores socioeconômicos como a renda e a escolaridade dos pais. Realça o papel fundamental dos professores, apontando a precariedade na contratação, as condições de trabalho e a insuficiência de formação docente adequada como sérios entraves à qualidade na educação.

Desempenho em Matemática, Leitura e Ciências

Como antes mencionado, o Brasil participa do Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (Pisa), coordenado pela OCDE, que abrange os países que compõem aquela organização, além da Argentina, Colômbia e Uruguai, entre outros, somando 57 países. O Pisa avalia o desempenho dos alunos de 15 anos, idade em que se pressupõe o término da escolaridade básica obrigatória na maioria dos países. Na última avaliação, cujos resultados encontram-se analisados, realizada em 2006, foram avaliadas as áreas de Leitura, Matemática e Ciências. Nas três disciplinas, o Brasil apresentou desempenho muito abaixo da média.

No caso de Ciências, pela primeira vez avaliada pelo Programa, o Brasil, assim como os demais países da América Latina, teve mais de 40% dos estudantes situados no nível mais baixo de desempenho, evidenciando a urgência na melhoria da qualidade educacional. Em Matemática, a posição do Brasil, comparada à de outros países, foi muito desfavorável,

equiparando-se à da Colômbia e sendo melhor apenas que a da Tunísia, do Catar e do Quirguistão. Em Leitura, o Brasil posicionou-se um pouco melhor, até mesmo que os vizinhos Argentina e Colômbia. Contudo, ficou entre os dez países com pior desempenho. Em Leitura, 40% dos estudantes avaliados no Brasil, assim como na Indonésia, México e Tailândia, mostram níveis de letramento equivalentes aos alunos que se encontram no meio da educação primária nos países da OCDE.

O Brasil participou também do Segundo Estudo Regional Comparativo e Explicativo (Serce), promovido pela UNESCO em 2007. Nele se avaliou o desempenho em Leitura e Matemática dos estudantes de 3ª e 6ª séries de países da América Latina. As médias dos estudantes brasileiros de ambas as séries, nas duas disciplinas avaliadas, foram equivalentes às médias de toda a América Latina e inferiores às apresentadas pelos estudantes do Chile, México e Argentina (quanto a esta, exceto no caso de matemática para os alunos de 3ª série) e similares ou superiores às dos estudantes do Peru e da Colômbia.

Essas avaliações educacionais evidenciam que o desempenho está associado, frequentemente, a características socioeconômicas e culturais dos alunos, a fatores como atraso escolar e a aspectos relacionados à qualidade da educação oferecida. Aplicando-se no Pisa o modelo matemático para as análises comparativas entre estudantes dos diversos países, evidenciou-se que o desempenho de estudantes brasileiros em Ciências, como de argentinos e colombianos, foi aquém do que seria esperado para estudantes com o mesmo nível médio de riqueza de suas famílias. A distância do esperado, no caso do Brasil, foi ainda maior quando se levou em conta o nível ocupacional e de escolaridade dos pais. Essas análises mostram que o baixo desempenho dos brasileiros não decorreu apenas das características socioeconômicas; foram também devidas a outros aspectos, como aqueles eminentemente escolares.

São fatores importantes para uma boa aprendizagem: número suficiente de dias letivos, acesso a livros e materiais didáticos por todos os alunos, escolas seguras e bem conservadas, professores com formação e em quantidade adequadas.

O Índice de Desenvolvimento de Educação para Todos (IDE) e as perspectivas de alcance dos objetivos de EPT pelo Brasil

Utilizado para monitorar o cumprimento dos objetivos de EPT pelos vários países, o Índice de Desenvolvimento de Educação para Todos (IDE) é composto por quatro

indicadores: universalização da educação primária, alfabetização de adultos, paridade e igualdade de gênero e qualidade da educação. O primeiro é expresso pela proporção da população na idade oficial de cursar a educação primária que se encontra matriculada nessa ou em etapa acima dela. No caso do Brasil, a educação primária equivale às quatro primeiras séries do ensino fundamental, e a idade correta para cursá-la é de sete a dez anos¹². O indicador é, portanto, o percentual das crianças dessa idade que frequentam o ensino fundamental, seja nas primeiras quatro séries, seja nas acima destas.

Para a alfabetização de adultos, o indicador é a taxa de alfabetização, ou seja, o percentual da população com 15 anos ou mais de idade que sabe ler e escrever um bilhete simples. A paridade de gênero específica para EPT é a média aritmética de índices de paridade de três indicadores: taxa de frequência à escola dos que se encontram na idade própria para a educação primária, a mesma taxa para os que se encontram na idade esperada para a educação secundária e taxa de analfabetismo¹³. Finalmente, o indicador da qualidade na composição do IDE é o índice de sobrevivência na 5ª série, última da educação primária na maioria dos países. No caso do Brasil, é considerada a sobrevivência na 4ª série. O IDE é a média aritmética dos quatro indicadores componentes.

Brasil ocupa posição intermediária para alcançar objetivos

O *Relatório de Monitoramento Global de EPT 2010* apresenta o IDE de 128 países para os quais há dados disponíveis, sendo estes referentes ao ano de 2007¹⁴. Com base em seus valores, divide os países em três grupos. O primeiro inclui os de IDE elevado (igual ou superior a 0,95) e que alcançaram ou estão perto de alcançar os quatro objetivos de EPT mensurados; são 62 países nessa condição. O grupo de IDE médio, igual ou superior a 0,80 e inferior a 0,95, é composto por 32 países que estão em posição intermediária quanto ao alcance dos objetivos. O terceiro grupo é constituído por 30 países com IDE inferior e que estão longe de realizar os objetivos em seu conjunto. Entre eles, estão os que se encontram em situação de conflito e de fragilidade político-institucional e que apresentam baixos níveis de desenvolvimento educacional.

Na avaliação do cumprimento das metas de Dacar segundo o IDE, o Brasil encontra-se entre os 32 países que ocupam posição intermediária no alcance dos objetivos. Situado em 88º lugar, o valor do índice do Brasil mostrado no *Relatório de Monitoramento Global de EPT 2010* é de 0,883 (Figura 1, pag12). Esse valor resulta de índice de 0,935 na universalização da

Em leitura, 40% dos estudantes brasileiros avaliados pelo Pisa mostram níveis de letramento equivalentes aos dos alunos do meio da educação primária nos países da OCDE

12. *Idem* nota nº 5.

13. Quando o valor de algum desses índices de paridade é superior a 1 (favorável às mulheres), a equação padrão de cálculo de IPG, valor alcançado pelas mulheres dividido pelo valor alcançado pelos homens (M/H), é invertida (H/M), para solucionar matematicamente o problema de incluir IPG acima de 1.

14. *Idem* nota nº 6.

educação primária, 0,9 na taxa de alfabetização, 0,942 no índice de paridade de gênero para EPT e 0,756 na taxa de sobrevivência na 4ª série, última da educação primária brasileira, conforme sistema de classificação internacional¹⁵. Os três primeiros valores são de 2007, porém o quarto refere-se a 2004, último ano cujo dado estava disponível. Com esses índices, o Brasil está entre os países que ainda não atingiram nem estão perto de atingir o conjunto das metas, porém não se encontra entre os que estão muito longe de fazê-lo.

A questão que se impõe é se o País alcançará as metas até 2015. Tomando-se como referência a avaliação apresentada no *Relatório de Monitoramento Global de EPT 2008*, quando foram apresentadas as perspectivas de alcance dos objetivos mais facilmente mensuráveis pelos diferentes países, é possível atualizar as perspectivas para o Brasil, considerando-se os dados mais recentes (Figura 1). Em 2008, os dados utilizados no *Relatório de Monitoramento Global de EPT* eram de 2005; em 2010, como visto acima, são de 2007.

Figura 1: Brasil – Índice de Desenvolvimento de Educação para Todos (IDE)

Ano do Relatório da UNESCO	2005	2008	2010
Ano Base dos Dados	2001	2005 ⁽²⁾	2007 ⁽³⁾
Taxa Líquida de Escolarização (TLE) na Educação Primária	0,965	0,964	0,935
Taxa de Alfabetização de Adultos	0,882	0,892	0,900
Índice relativo a Gênero ¹	0,951	0,943	0,942
Taxa de Sobrevivência na última série da educação primária	0,799	0,805	0,756
Classificação de acordo com o nível de IDE	0,899	0,901	0,883
IDE	72	76	88
Total de Países Monitorados	127	129	128

Fonte: UNESCO, *The EFA Global Monitoring Report* 2005, 2008 e 2010.

Notas:

1. Composto pela média simples para taxa bruta de escolarização na educação primária, taxa bruta de escolarização na educação secundária e taxa de alfabetização de adultos.
2. O ano base relativo à taxa de sobrevivência até a última série da educação primária é o de 2003.
3. O ano base relativo à taxa de sobrevivência até a última série da educação primária é o de 2004.

Êxito no acesso à educação primária

Considera-se alcançado o objetivo de universalização da educação primária: uma taxa de escolarização na idade correta, nessa etapa educacional, igual ou superior a 97%, o que equivale ao índice de 0,97 ou mais. O Brasil tem apresentado ao longo dos últimos anos indicadores que se aproximam muito desse valor, tendo o de 2005 sido de 0,964. O índice apresentado pelo *Relatório de Monitoramento Global de EPT 2010* (0,935), relativo a 2007, é inferior ao dado de 2005, mostrando piora entre esses anos. Com esse valor, o Brasil continua a se situar

entre os países que se encontram próximos de alcançar o objetivo (índice acima de 0,8), porém a tendência de queda observada necessita ser revertida.

Apesar dos esforços, progresso na alfabetização de adultos ainda é lento

No objetivo de alfabetização de adultos, o *Relatório de Monitoramento Global de EPT 2008* considerou também o índice de 0,97 como o mínimo a ser atingido em 2015. Nesse objetivo, entretanto, o Brasil tem mostrado progresso lento. Em 2005, o índice era ainda de 0,892 e em 2007, de 0,900. Ou seja, o Brasil continua com o risco de não atingir o patamar posto. O desafio, no caso desse objetivo, é expressivo, especialmente porque as taxas de analfabetismo da população com idade acima de 40 anos são persistentemente elevadas, embora em queda (19,1%, em 2005, e 17,3%, em 2007).

Desigualdade de gênero persiste

Quanto à paridade de gênero, o Brasil é incluído entre os países que apresentam risco de não alcançá-la em 2015. Em 2001, o índice de EPT relativo a gênero (IEG) era de 0,951; em 2005, foi de 0,943 e em 2007, de 0,942, decorrendo, em grande parte, da maior taxa de escolarização na educação secundária apresentada pelas mulheres, tendência que vem crescendo. Isso resulta de que as mulheres, uma vez na escola, têm menos propensão a abandoná-la.

Esforço para melhorar o fluxo escolar

O *Relatório de Monitoramento Global de EPT 2008* não avaliou perspectivas quanto ao objetivo da qualidade. No indicador desse objetivo utilizado para cálculo do IDE (taxa de sobrevivência na 5ª, ou 4ª série, no caso do Brasil), o País vem mostrando variação ao longo dos anos. O dado disponível mais recente, apresentado no *Relatório de Monitoramento Global de EPT 2010*, refere-se ao ano letivo concluído em 2004. O índice de 0,756 é inferior ao dos anos anteriores e distante dos de outros países tomados para comparação neste documento. Isso é resultado, em grande parte, das elevadas taxas de repetência nas escolas brasileiras. A superação desse quadro encontra-se no cerne da criação do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), pelo Ministério da Educação, em 2007, e das políticas que incentivam a sua melhoria, como, por exemplo, o Plano de Ações Articuladas (PAR). Por tratar-se de desafio de monta, a meta proposta pelo MEC é atingir apenas em 2022 os indicadores de fluxo e de desempenho escolar apresentados pelos países da OCDE.

Dos países escolhidos para comparação com o Brasil neste documento, daqueles incluídos no conjunto dos

Em 88º lugar, o Brasil está entre os 32 países em posição intermediária para alcançar os objetivos de Educação para Todos

15. ISCED97, nível 1.

que se aproximam da OCDE, somente o Brasil tem seus valores do IDE publicados no *Relatório de Monitoramento Global de EPT 2010*. No Grupo do E-9, estão ausentes informações do Egito, Nigéria e China, e entre os membros da OCDE, da Austrália, Canadá e Estados Unidos. Dos que apresentam informações, observa-se que todos os países da OCDE, à exceção da Turquia (em 77º lugar na classificação), encontram-se entre os 62 que apresentam alto IDE, tendo completado ou estando próximo de completar as metas de EPT. Nessa situação favorável, estão também o México (55º), do E-9, a Argentina (38º) e a Venezuela (59º), entre os mais populosos da América do Sul. Indonésia (65º), do E-9, Peru (68º) e Colômbia (75º) incluem-se, ao lado do Brasil, no grupo de IDE médio.

Considerados os índices dos diferentes objetivos isoladamente, a pior situação do Brasil refere-se ao indicador da qualidade (sobrevivência na última série da educação primária), no qual ocupa a 103ª posição. Ainda que o dado utilizado no *Relatório de Monitoramento Global de EPT 2010*, nesse caso, seja o do ano letivo concluído em 2004, mostra como é grande o desafio de melhorar o fluxo escolar nos primeiros anos do ensino fundamental no País.

Educação para Todos e o Plano Nacional de Educação (PNE)

O Brasil aprovou mediante a Lei nº 10.172, em janeiro de 2001, o Plano Nacional de Educação (PNE), o qual mantém sintonia com a Declaração Mundial de Educação para Todos, conforme previa o artigo da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) que determinou sua elaboração, com objetivos, metas e diretrizes que deveriam ser implementados em uma década. Estabeleceu os seguintes objetivos para a educação nacional: a elevação global do nível de escolaridade da população; a melhoria da qualidade do ensino em todos os níveis; a redução das desigualdades sociais e regionais no tocante ao acesso e à permanência, com sucesso, na educação pública; e a democratização da gestão do ensino público, nos estabelecimentos oficiais, obedecendo aos princípios da participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola e da participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes.

Como prioridades, o PNE elegeu: 1) garantia de ensino fundamental obrigatório de oito anos a todas as crianças de 7 a 14 anos, assegurando seu ingresso e permanência na escola e a conclusão desse nível de ensino; 2) garantia de ensino fundamental a todos os que a ele não tiveram acesso na idade própria ou que não o concluíram, incluindo a alfabetização de jovens e



adultos, como ponto de partida e parte intrínseca desse nível de ensino; 3) ampliação do atendimento nos demais níveis de ensino; 4) valorização dos profissionais da educação; 5) desenvolvimento de sistemas de informação e de avaliação em todos os níveis e modalidades de ensino, inclusive na educação profissional. Observa-se que o PNE é mais ambicioso que os compromissos de Dacar, por exemplo, incluindo todo o ensino fundamental na meta de universalização. Isso é decorrência da legislação nacional, que determina a obrigatoriedade desse nível de ensino desde 1971.

No final de 2010, expira a década abrangida pelo PNE. O Poder Legislativo, o Ministério da Educação (MEC), o Conselho Nacional de Educação (CNE) e outros segmentos governamentais e da sociedade civil se mobilizam para a elaboração e a aprovação do novo plano neste ano, tendo incluído o tema na Conferência

Nacional de Educação ocorrida em abril. Assim, é especialmente oportuno analisar como se encontra o cumprimento das metas estabelecidas. No caso do PNE, diferentemente da análise realizada nas seções anteriores, em que a comparação com outros países obrigava a utilização de dados de 2007, é possível verificar a situação em 2008, último ano em que os dados da Pnad estavam disponíveis. Também de forma diversa à comparação internacional, são consideradas as etapas educacionais estabelecidas na legislação nacional. Na Figura 2, são sintetizadas as metas do PNE para a expansão do atendimento educacional. As metas não esgotam os objetivos postos pelo PNE, muitos deles de natureza não quantificável. Apresentam-se, também, os valores dos indicadores em 2001 e em 2008, o que permite verificar em quais metas houve avanços e em quais se encontram os maiores desafios a enfrentar.

número de matrículas no ensino médio regular é ligeiramente inferior àquela existente no ano de aprovação do PNE. Uma pequena compensação ocorre com o aumento da modalidade de educação de jovens e adultos presencial, que em 2001 abrangia 987 mil alunos e em 2008 alcança 1,650 milhões. A frustração da meta proposta para essa etapa da educação básica decorre, em grande medida, dos problemas de fluxo escolar no ensino fundamental, acarretando a retenção de muitos jovens até por volta dos 18 anos, idade em que tende a iniciar a transição escola-trabalho (IPEA, 2009b). Na educação superior, nível que muito se expandiu no País nos últimos anos, também é elevada a distância do que se pretendia. Entretanto, se todos aqueles jovens de 18 a 24 anos que em 2008 estavam na escola (30,5%) estivessem cursando o ensino superior, a meta estaria atendida.

Figura 2: PNE – Metas de expansão do atendimento educacional

Níveis e modalidades	Faixa Etária	Valores em 2001	Valores em 2008	Meta PNE (em 10 anos – 2011)
Educação Infantil	0 a 3	10,5%	18,1%	50%
	4 a 6	65,5%	79,7%	80%
Ensino Fundamental	7 a 14	93,1%	97,9%	100%
EJA – Alfabetização	≥ 15	12,4% ⁽¹⁾	10% ⁽¹⁾	0% ⁽¹⁾
Ensino Médio				Quadruplicar atendimento
Educação Superior	≥ 15	8,398 milhões	8,366 milhões	
	18 a 24	8,5%	15,2% ⁽²⁾	15,2% ²

Fontes:

Metas: PNE, UNESCO, 2001, *apud Fundescola*, com adaptações.

Valores em 2008: Pnad (IBGE) e Censo Escolar do Inep (MEC).

Notas:

1. Taxa de Analfabetismo.

2. São 13,9% frequentando a educação superior e 2,3% que já a concluíram.

Conclui-se, portanto, que muito ainda necessita ser feito na área educacional para que o País chegue aos patamares que governo e sociedade civil almejam para sua população. Na elaboração do novo PNE, é imperioso que além das metas e diretrizes sejam definidos as estratégias e os recursos financeiros que deverão ser assegurados. É especialmente imprescindível que as instâncias federal, estaduais e municipais, que possuem atribuições próprias na gestão da educação, articulem-se efetivamente em regime de colaboração. Do contrário, o risco é mais uma vez, no final da década, defrontar-se com a frustração que impõem as metas não alcançadas. ■

Avaliação de metas do PNE aponta tímidos avanços

Verifica-se que, sete anos após a aprovação do PNE, em algumas metas os avanços alcançados apontam para a baixa probabilidade de que se alcance o que se propôs. São evidentes as distâncias entre o percentual de crianças de até três anos de idade que se pretendia abranger na educação infantil (50%) e aquele que em 2008 encontra-se atendido (18,1%). No ensino fundamental, apenas a universalização do acesso está quase atingida; a permanência e a conclusão dessa etapa na idade adequada são uma meta que ainda está longe de se realizar. Em 2008, da população com 18 anos de idade, apenas 75,2% havia concluído o ensino fundamental, etapa que deve ser terminada até os 15 anos.

Na alfabetização de jovens e adultos, chama a atenção a tímida redução na taxa de analfabetismo no período. Especialmente aquém do pretendido encontra-se a expansão do ensino médio. Na verdade, em 2008, o

||||| Anexos Estatísticos

O conjunto de tabelas deste anexo foi organizado com base nos dados estatísticos apresentados pelo *Relatório de Monitoramento Global de EPT 2010*, e na tradução preservou-se a nomenclatura internacional utilizada pela UNESCO. Para efeito de análise comparativa da realidade brasileira, foram selecionados indicadores e dados de diferentes grupos de países. Em primeiro lugar, buscou-se destacar os dados de países que possuem características comuns com o Brasil, como os membros do Grupo E-9 (Brasil, Bangladesh, China, Egito, Índia, Indonésia, México, Nigéria e Paquistão) e os países sul-americanos mais populosos (Argentina, Colômbia, Peru e Venezuela). Em segundo lugar foram também selecionados os dados daqueles países que têm se constituído como referência para as políticas educacionais brasileiras, tais como os membros da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), e daqueles que têm estreitado seus canais de diálogo com a organização, a exemplo da China, da África do Sul e da Rússia (país candidato à adesão à OCDE).

Tabela 1. Estatísticas de <i>background</i>	16
Tabela 2. Alfabetização de jovens e adultos.....	18
Tabela 3. Educação e Cuidados na Primeira Infância (ECPI): cuidados.....	20
Tabela 4. Participação na educação primária.....	22
Tabela 5. Participação na educação secundária	24
Tabela 6. Investimento em educação: gasto público	26
Tabela 7. Tendências dos indicadores básicos ou representativos para medir os objetivos 1, 2, 3, 4 e 5 de EPT	28
Tabela 8. O Índice de Desenvolvimento de EPT e seus componentes, 2007	30
Tabela 9. Índice de Desenvolvimento de Educação para Todos (IDE) UNESCO - Histórico Brasil	30

Tabela 1. Estatísticas de *background*

País ou território	DEMOGRAFIA ¹							HIV/AIDS ²	
	População total (milhares)	Taxa de crescimento anual médio (%) População total 2005-2010	Taxa de crescimento anual médio (%) População (0-4 anos) 2005-2010	Expectativa de vida ao nascer (anos)			Taxa total de fertilidade (crianças por mulher) 2005-2010	Taxa de prevalência em adultos (%) (15-49 anos) 2007 Total	% de mulheres entre pessoas a partir de 15 anos que vivem com HIV 2007
				Total	2005-2010 Homens	2005-2010 Mulheres			
Brasil	191.791	1,3	0,0	72	69	76	2,2	0,6	34
<i>Alguns países que têm estreitado seus canais de diálogo com a OCDE</i>									
África do Sul	48.577	0,6	-0,5	49	49	50	2,6	18,1	59
China	1.328.630	0,6	-0,1	73	71	75	1,7	0,1	29
Rússia	142.499	-0,5	1,1	65	59	73	1,3	1,1	26
<i>Países do E-9 (além do Brasil e China)</i>									
Bangladesh	158.665	1,7	-0,3	64	63	65	2,8	...	17
Egito	75.498	1,8	0,9	71	69	74	2,9	...	29
Índia	1.169.016	1,5	-0,1	65	63	66	2,8	0,3	38
Indonésia	231.627	1,2	-0,6	71	69	73	2,2	0,2	20
México	106.535	1,1	-1,0	76	74	79	2,2	0,3	29
Nigéria	148.093	2,3	1,2	47	46	47	5,3	3,1	58
Paquistão	163.902	1,8	1,9	65	65	66	3,5	0,1	29
<i>Países sul-americanos mais populosos (além do Brasil)</i>									
Argentina	39.531	1,0	0,6	75	72	79	2,3	0,5	27
Colômbia	46.156	1,3	-1,0	73	69	77	2,2	0,6	29
Peru	27.903	1,2	0,2	71	69	74	2,5	0,5	28
Venezuela	27.657	1,7	0,5	74	71	77	2,5
<i>Países-membros da OCDE (além do México)</i>									
Alemanha	82.599	-0,1	-1,2	79	77	82	1,4	0,1	29
Austrália	20.743	1,0	0,5	81	79	84	1,8	0,2	7
Áustria	8.361	0,4	-0,3	80	77	83	1,4	0,2	30
Bélgica	10.457	0,2	-0,5	79	76	82	1,6	0,2	27
Canadá	32.876	0,9	0,3	81	78	83	1,5	0,4	27
Chile	16.635	1,0	0,2	79	75	82	1,9	0,3	28
Dinamarca	5.442	0,2	-1,1	78	76	81	1,8	0,2	23
Eslováquia	5.390	0,0	0,6	75	71	79	1,3	<0,1	...
Espanha	44.279	0,8	1,8	81	78	84	1,4	0,5	20
Estados Unidos	305.826	1,0	0,8	78	76	81	2,1	0,6	21
Finlândia	5.277	0,3	0,6	79	76	82	1,8	0,1	<42
França	61.647	0,5	-0,3	81	77	84	1,9	0,4	27
Grécia	11.147	0,2	0,2	79	77	82	1,3	0,2	27
Holanda	16.419	0,2	-2,0	80	78	82	1,7	0,2	27
Hungria	10.030	-0,3	-0,7	73	69	77	1,3	0,1	<30
Irlanda	4.301	1,8	2,2	79	76	81	2,0	0,2	27
Islândia	301	0,8	0,6	82	80	83	2,1	0,2	<40
Itália	58.877	0,1	-0,1	81	78	83	1,4	0,4	27
Japão	127.967	0,0	-1,4	83	79	86	1,3	...	24
Luxemburgo	467	1,1	0,3	79	76	82	1,7	0,2	...
Noruega	4.698	0,6	-0,1	80	78	83	1,8	0,1	<33
Nova Zelândia	4.179	0,9	0,3	80	78	82	2,0	0,1	<36
Polónia	38.082	-0,2	0,2	76	71	80	1,2	0,1	29
Portugal	10.623	0,4	0,0	78	75	81	1,5	0,5	28
Reino Unido	60.769	0,4	1,0	79	77	82	1,8	0,2	29
Coreia do Sul	48.224	0,3	-1,8	79	75	82	1,2	<0,1	28
República Tcheca	10.186	0,0	0,4	76	73	80	1,2	...	<33
Suécia	9.119	0,4	1,2	81	79	83	1,8	0,1	47
Suíça	7.484	0,4	-0,8	82	79	84	1,4	0,6	37
Turquia	74.877	1,3	0,3	72	69	74	2,1
Mundo	6.656.326	1,2	0,5	68,6	66,5	70,8	2,6	0,8	50
Países desenvolvidos	1.020.411	0,4	0,2	79,2	76,2	82,0	1,7
Países em desenvolvimento	5.358.052	1,4	0,5	66,7	65,1	68,5	2,8
América Latina	550.299	1,3	-0,2	73,6	70,5	76,8	2,2	0,5	32

1. Os indicadores demográficos nesta tabela são estatísticas da Divisão de População da ONU, revisão de 2006 (PNUD, 2007), baseados na variante mediana.

2. UNAIDS (2008). Programa Conjunto das Nações Unidas para HIV/AIDS.

3. Banco Mundial (2009).

4. PNUD (2007).

PNB, AJUDA E POBREZA							DESIGUALDADE EM RENDA OU GASTO ⁴				País ou território	
PNB <i>per capita</i> ³				Ajuda líquida <i>per capita</i> (US\$) ⁴	População vivendo com menos de US\$ 1 por dia ⁴ (%)	População vivendo com menos de US\$ 2 por dia ⁴ (%)	Parcela da renda ou gasto %		Medida de Desigualdade			
Valor atual de US\$		PPC (US\$)					20% mais pobres	20% mais ricos	Relação 20% mais ricos pelos 20% mais pobres ⁶			Índice de Gini ⁷
1998	2007	1998	2007				2005	1990-2005 ⁵	1990-2005 ⁵	1992-2005 ⁵		1992-2005 ⁵
4.880	5.860	6.520	9.270	1	8	21	3	61	22	57		
											<i>Alguns países que têm estreitado seus canais de diálogo com a OCDE</i>	
3.290	5.720	6.140	9.450	16	11	34	4	62	18	58	África do Sul	
790	2.370	1.950	5.420	1	10	35	4	52	12	47	China	
2.140	7.530	5.990	14.330	12	6	47	8	40	Rússia	
											<i>Países do E-9 (além do Brasil e China)</i>	
340	470	740	1.330	9	41	84	9	43	5	33	Bangladesh	
1.240	1.580	3.370	5.370	13	3	44	9	44	5	34	Egito	
420	950	1.350	2.740	2	34	80	8	45	6	37	Índia	
670	1.650	2.120	3.570	11	8	52	8	43	5	34	Indonésia	
4.020	9.400	7.880	13.910	2	3	12	4	55	13	46	México	
270	920	1.120	1.760	49	71	92	5	49	10	44	Nigéria	
470	860	1.590	2.540	11	17	74	9	40	4	31	Paquistão	
											<i>Países sul-americanos mais populosos (além do Brasil)</i>	
8.020	6.040	9.140	12.970	3	7	17	3	55	18	51	Argentina	
2.550	4.100	5.650	8.260	11	7	18	3	63	25	59	Colômbia	
2.240	3.410	4.620	7.200	14	11	31	4	57	15	52	Peru	
3.360	7.550	8.450	12.290	2	19	40	3	52	16	48	Venezuela	
											<i>Países-membros da OCDE (além do México)</i>	
27.170	38.990	24.000	34.740	9	37	4	28	Alemanha	
21.340	35.760	22.820	33.400	6	41	7	35	Austrália	
27.250	41.960	25.860	36.750	9	38	4	29	Áustria	
25.950	41.110	24.780	35.320	9	41	5	33	Bélgica	
20.310	39.650	24.630	35.500	7	40	6	33	Canadá	
5.270	8.190	8.630	12.330	9	...	6	4	60	16	55	Chile	
32.960	55.440	25.860	36.800	8	36	4	25	Dinamarca	
4.090	11.720	10.250	19.220	29	9	35	4	26	Eslováquia	
15.220	29.290	18.710	30.750	7	42	6	35	Espanha	
30.620	46.040	31.650	45.840	5	46	8	41	Estados Unidos	
24.940	44.300	22.140	34.760	10	37	4	27	Finlândia	
25.200	38.810	23.620	33.850	7	40	6	33	França	
13.110	25.740	16.860	27.830	7	42	6	34	Grécia	
25.820	45.650	25.230	39.470	8	39	5	31	Holanda	
4.320	11.680	9.800	17.470	10	37	4	27	Hungria	
20.690	47.610	21.310	37.700	7	42	6	34	Irlanda	
28.400	57.750	27.210	34.070	Islândia	
21.230	33.490	23.570	30.190	7	42	7	36	Itália	
32.970	37.790	24.310	34.750	11	36	3	25	Japão	
43.620	...	39.620	Luxemburgo	
35.400	77.370	27.110	53.650	10	37	4	26	Noruega	
15.200	27.080	17.790	25.380	6	44	7	36	Nova Zelândia	
4.310	9.850	9.310	15.500	8	42	6	35	Polônia	
11.570	18.950	14.960	21.790	6	46	8	39	Portugal	
23.030	...	23.190	6	44	7	36	Reino Unido	
9.200	19.730	13.420	24.840	8	38	5	32	Coreia do Sul	
5.580	14.580	13.710	22.690	10	36	4	25	República Tcheca	
29.330	47.870	23.920	37.490	9	37	4	25	Suécia	
41.620	60.820	31.210	44.410	8	41	6	34	Suíça	
4.050	8.030	8.130	12.810	6	3	19	5	50	9	44	Turquia	
											<i>Média Ponderada</i>	
5.099	7.995	6.280	9.947	16	<i>Mundo</i>	
...	Países desenvolvidos	
...	17	Países em desenvolvimento	
...	América Latina	

5. Os dados se referem aos anos mais recentes disponíveis durante o período especificado. Para mais detalhes, consulte PNUD (2007).

6. Os dados mostram a proporção entre renda ou gasto do grupo mais rico em relação ao mais pobre.

7. Um valor de 0 representa uma igualdade perfeita e um valor 100 a desigualdade perfeita.

Tabela 2. Alfabetização de adultos e jovens

País ou território	TAXA DE ALFABETIZAÇÃO DE ADULTOS (a partir de 15 anos) (%)									ADULTOS ANALFABETOS (a partir de 15 anos)					
	1985 - 1994 ¹			2000-2007 ¹			Projeções para 2015			1985 - 1994 ¹		2000 - 2007 ¹		Projeções para 2015	
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total (milhares)	% Mulheres	Total (milhares)	% Mulheres	Total (milhares)	% Mulheres
...	90*	90*	90*	93	92	93	13.919	50*	11.146	49
<i>Alguns países que têm estreitado seus canais de diálogo com a OCDE</i>															
África do Sul	88	89	87	91	92	91	3.977	55	3.107	55
China	78*	87*	68*	93	96	90	96	98	93	184.214	70*	70.583	73	49.848	74
Rússia	98*	99*	97*	100	100	99	100	100	100	2.290	88*	582	72	398	61
<i>Países do E-9 (além do Brasil e China)</i>															
Bangladesh	35*	44*	26*	53	59	48	61	64	58	44.458	56*	48.541	55	48.189	53
Egito	44*	57*	31*	66*	75*	58*	73	80	66	16.428	62*	16.824	63*	16.243	64
Índia ²	48*	62*	34*	66	77	54	72	81	62	283.848	61*	269.816	65	261.687	65
Indonésia	82*	88*	75*	92*	95*	89*	94	96	91	21.577	68*	13.267	70*	12.237	69
México	88*	90*	85*	93*	94*	91*	95	96	94	6.397	62*	5.368	63*	4.350	62
Nigéria	55*	68*	44*	72	80	64	79	85	74	23.296	64*	23.283	65	21.577	63
Paquistão	54*	68*	40*	62	73	49	47.060	64*	49.588	64
<i>Países sul-americanos mais populosos (além do Brasil)</i>															
Argentina	96*	96*	96*	98	98	98	98	98	98	889	53*	691	51	602	50
Colômbia	81*	81*	81*	93*	92*	93*	95	95	95	4.458	52*	2.401	50*	1.864	49
Peru	87*	93*	82*	90*	95*	85*	93	97	90	1.848	72*	1.992	75*	1.541	75
Venezuela	90*	91*	89*	95*	95*	95*	97	97	97	1.242	54*	931	52*	765	50
<i>Países-membros da OCDE (além do México)</i>															
Alemanha
Austrália
Áustria
Bélgica
Canadá
Chile	94*	95*	94*	97	97	96	97	97	97	547	53*	439	52	367	51
Dinamarca
Eslováquia
Espanha	96*	98*	95*	98*	99*	97*	99	99	98	1.103	73*	782	68*	576	67
Estados Unidos
Finlândia
França
Grécia	93*	96*	89*	97	98	96	98	99	97	615	74*	279	70	200	67
Holanda
Hungria
Irlanda
Islândia
Itália	99	99	99	99	99	99	572	63	386	62
Japão
Luxemburgo
Noruega
Nova Zelândia
Polónia
Portugal	88*	92*	85*	95	97	93	97	98	96	965	67*	459	68	268	68
Reino Unido
Coreia do Sul
República Tcheca
Suécia
Suíça
Turquia	79*	90*	69*	89*	96*	81*	92	97	86	7.640	75*	6.111	83*	5.234	84
	Média Ponderada									Total	% Mulheres	Total	% Mulheres	Total	% Mulheres
Mundo	76	82	70	84	89	80	87	90	83	869.391	63	758.643	64	709.533	63
Países desenvolvidos	99	99	99	99	99	99	99	100	99	6.963	67	5.466	63	4.738	60
Países em desenvolvimento	68	77	59	80	85	74	84	88	79	858.650	63	751.744	64	704.043	63
América Latina	87	88	86	91	92	91	94	94	93	36.705	55	33.314	56	27.408	55

Fonte: Instituto de Estatísticas da UNESCO (UIS, 2009).

Nota: Para os países indicados com (*), foram utilizados os dados nacionais de alfabetização observados. Para todos os outros, foram utilizadas as estimativas de alfabetização do UIS. As estimativas foram geradas utilizando o modelo de Projeções Globais de Alfabetização por Faixa Etária UIS. Aqueles correspondentes ao período mais recente se referem ao ano de 2007 e baseiam-se nos mais recentes dados disponíveis observados para cada país. A população utilizada para calcular o número de analfabetos é aquela das estimativas da Divisão de População das Nações Unidas, revisão de 2006 (PNUD, 2007). Nos países com dados nacionais de alfabetização, foi utilizada a população correspondente ao ano do recenseamento ou da pesquisa. No caso de países com estimativas UIS, a população utilizada foi a de 1994 e 2007.

TAXA DE ALFABETIZAÇÃO DE JOVENS (15-24 anos) (%)									JOVENS ANALFABETOS (15-24 anos) (%)						País ou território
1985 - 1994 ¹			2000 - 2007 ¹			Projeções para 2015			1985 - 1994 ¹		2000 - 2007 ¹		Projeções para 2015		
Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total (milhares)	% Mulheres	Total (milhares)	% Mulheres	Total (milhares)	% Mulheres	
...	98*	97*	99*	99	98	99	766	32*	402	31	Brasil
<i>Alguns países que têm estreitado seus canais de diálogo com a OCDE</i>															
...	95	95	96	98	97	98	442	40	218	35	África do Sul
94*	97*	91*	99	99	99	100	100	100	14.352	73*	1.639	58	907	51	China
100*	100*	100*	100	100	100	100	100	100	56	44*	71	40	53	36	Rússia
<i>Países do E-9 (além do Brasil e China)</i>															
45*	52*	38*	72	71	73	83	80	85	12.833	55*	8.965	47	5.908	41	Bangladesh
63*	71*	54*	85*	88*	82*	93	94	92	3.473	60*	2.317	59*	1.098	56	Egito
62*	74*	49*	82	87	77	88	90	86	63.893	64*	40.412	61	29.320	58	Índia ²
96*	97*	95*	97*	97*	96*	97	97	98	1.421	65*	1.431	55*	1.099	45	Indonésia
95*	96*	95*	98*	98*	98*	99	99	99	828	56*	354	53*	225	46	México
71*	81*	62*	87	89	85	92	92	91	5.091	67*	4.043	57	3.078	51	Nigéria
...	69*	79*	58*	78	83	72	11.151	65*	8.771	60	Paquistão
<i>Países sul-americanos mais populosos (além do Brasil)</i>															
98*	98*	99*	99	99	99	99	99	99	92	43*	59	39	48	37	Argentina
91*	89*	92*	98*	97*	98*	99	98	99	693	43*	176	38*	126	35	Colômbia
95*	97*	94*	97*	98*	97*	98	98	98	215	67*	143	62*	109	54	Peru
95*	95*	96*	98*	98*	99*	99	99	99	176	39*	85	36*	65	41	Venezuela
<i>Países-membros da OCDE (além do México)</i>															
...	Alemanha
...	Austrália
...	Áustria
...	Bélgica
...	Canadá
98*	98*	99*	99	99	99	99	99	100	38	41*	27	41	17	39	Chile
...	Dinamarca
...	Eslováquia
100*	100*	100*	100*	100*	100*	100	100	100	29	47*	21	50*	14	47	Espanha
...	Estados Unidos
...	Finlândia
...	França
99*	99*	99*	99	99	99	99	100	99	16	49*	9	51	6	56	Grécia
...	Holanda
...	Hungria
...	Irlanda
...	Islândia
...	100	100	100	100	100	100	7	46	4	46	Itália
...	Japão
...	Luxemburgo
...	Noruega
...	Nova Zelândia
...	Polónia
99*	99*	99*	100	100	100	100	100	100	13	46*	4	44	2	42	Portugal
...	Reino Unido
...	Coreia do Sul
...	República Tcheca
...	Suécia
...	Suíça
93*	97*	88*	96*	99*	94*	97	99	96	867	76*	480	80*	356	77	Turquia
Média Ponderada									Total	% Mulheres	Total	% Mulheres	Total	% Mulheres	
84	88	79	89	91	87	92	93	91	166.321	62	125.401	59	93.365	54	Mundo
100	100	100	100	100	100	99	99	99	463	50	451	50	791	52	Países desenvolvidos
80	85	75	87	90	85	91	92	90	165.735	62	124.807	59	92.442	54	Países em desenvolvimento
94	94	95	97	97	98	98	98	99	5.060	46	2.588	44	1.743	42	América Latina

1. Os dados se referem aos mais recentes anos disponíveis no período especificado. Veja a versão eletrônica de introdução às tabelas estatísticas para obter uma explicação mais abrangente das definições de alfabetização nacional, métodos de avaliação e fontes e anos de dados.
 2. Os dados de alfabetização para o ano mais recente não incluem algumas regiões geográficas.

Tabela 3. Educação e Cuidados na Primeira Infância (ECPI)

País ou território	SOBREVIVÊNCIA INFANTIL ¹		BEM-ESTAR DA CRIANÇA ²						
	Taxa de mortalidade infantil (%)	Taxa de mortalidade de menores de 5 anos (%)	% de crianças menores de 5 anos sofrendo de:				% de crianças alimentadas com:		
			Bebês com baixo peso ao nascer (%)	Baixo peso moderado e grave	Deficit ponderal moderado ou severo	Deficit estatural moderado ou severo	Exclusivamente com leite materno (< 6 meses)	Com leite materno e alimentação complementar (6-9 meses)	Ainda com leite materno (20-23 meses)
2005-2010	2005-2010	2000-2007 ³	2000-2007 ³	2000-2007 ³	2000-2007 ³	2000-2007 ³	2000-2007 ³	2000-2007 ³	
Brasil	24	29	8	5	30	17
<i>Alguns países que têm estreitado seus canais de diálogo com a OCDE</i>									
África do Sul	45	66	15	12	3	25	7	46	...
China	23	29	2	7	...	11	51	32	15
Rússia	17	21	6	3	4	13
<i>Países do E-9 (além do Brasil e China)</i>									
Bangladesh	52	69	22	46	16	36	37	52	89
Egito	29	34	14	6	4	18	38	67	37
Índia	55	79	28	46	19	38	46	57	77
Indonésia	27	32	9	28	40	75	59
México	17	20	8	5	2	13	38	36	21
Nigéria	109	187	14	29	9	38	17	64	34
Paquistão	67	95	19	38	13	37	37	36	55
<i>Países sul-americanos mais populosos (além do Brasil)</i>									
Argentina	13	16	7	4	1	4	28
Colômbia	19	26	9	7	1	12	47	65	32
Peru	21	29	10	5	1	30	63	82	47
Venezuela	17	22	9	5	4	12	7	50	31
<i>Países-membros da OCDE (além do México)</i>									
Alemanha	4	5	7
Austrália ⁶	4	6	7
Áustria	4	5	7
Bélgica	4	5	8
Canadá	5	6	6
Chile	7	9	6	1	0	1	85
Dinamarca	4	6	5
Eslováquia	7	8	7
Espanha	4	5	6
Estados Unidos ⁷	6	8	8	2	0	1
Finlândia	4	5	4
França	4	5	7
Grécia	7	8	8
Holanda	5	6
Hungria	7	8	9
Irlanda	5	6	6
Islândia	3	4	4
Itália	5	6	6
Japão	3	4	8
Luxemburgo	5	7	8
Noruega ⁸	3	4	5
Nova Zelândia	5	6	6
Polónia	7	8	6
Portugal	5	7	8
Reino Unido	5	6	8
Coreia do Sul	4	5	4
República Tcheca	4	5	7
Suécia ⁸	3	4	4
Suíça	4	5	6
Turquia	28	32	16	4	1	12	21	38	24
	Média Ponderada			Média Ponderada		Média Ponderada			
Mundo	49	74	14	25	11	28	38	55	50
Países desenvolvidos	6	7
Países em desenvolvimento	54	81	15	26	11	30	39	55	51
América Latina	21	26

1. Os indicadores de sobrevivência infantil nesta tabela são estatísticas da Divisão de População das Nações Unidas, revisão de 2006 (PNUD, 2007), baseados na variante mediana.

2. UNICEF (2009).

3. Os dados são para o ano mais recente disponível no período especificado.

4. Mulheres empregadas e desempregadas como uma parcela da população em idade economicamente ativa, inclusive mulheres com emprego que não estavam trabalhando temporariamente (por exemplo, em licença-maternidade), emprego doméstico para produção de bens e serviços para consumo em casa, e serviços domésticos e pessoais produzidos por empregados domésticos remunerados. Os dados excluem mulheres ocupadas apenas em tarefas domésticas em seus próprios lares (OIT, 2009).

5. Refere-se à licença-maternidade remunerada para mulheres empregadas à época do parto. O valor do benefício é variável, mas normalmente é uma porcentagem da remuneração média ou da faixa salarial. Pode-se exigir um período mínimo de trabalho para concessão do benefício.

6. A duração da licença-maternidade refere-se à licença não remunerada concedida às mães após o nascimento. Há um subsídio/auxílio natalidade em substituição ao benefício de maternidade.

BEM-ESTAR DA CRIANÇA ²					OFERTA PARA CRIANÇAS MENORES DE 3 ANOS		EMPREGO DAS MULHERES E LICENÇA-MATERNIDADE		País ou território
(%) de crianças com 1 ano de idade imunizadas contra					Programas oficiais para crianças menores de 3 anos	Faixas etárias mais novas visadas pelos programas (anos)	Taxa de participação feminina na força de trabalho com 15 anos ou mais ⁴ (%)	Duração da licença maternidade remunerada ⁵ (semanas)	
Tuberculose	Difteria, coqueluche e tétano	Pólio	Sarampo	Hepatite B					
Vacinas correspondentes									
BCG	DPT 3	Pólio 3	Sarampo	HepB 3	2005	c. 2005	2006	2007-2009 ³	
2007	2007	2007	2007	2007	2005	c. 2005	2006	2007-2009 ³	
99	98	99	99	95	Sim	0-3	58	17	Brasil
<i>Alguns países que têm estreitado seus canais de diálogo com a OCDE</i>									
99	97	97	83	97	Sim	0-5	47	17	Africa do Sul
94	93	94	94	92	Sim	0-3	71	13	China
96	98	99	99	98	56	20	Rússia
<i>Países do E-9 (além do Brasil e China)</i>									
97	90	96	88	90	Não	...	57	12	Bangladesh
98	98	98	97	98	Sim	2-3	23	13	Egito
85	62	62	67	6	Sim	0-6	35	12	Índia
91	75	83	80	74	Sim	0-6	49	13	Indonésia
99	98	98	96	98	Sim	0-3	42	12	México
69	54	61	62	41	Sim	0-3	38	12	Nigéria
89	83	83	80	83	Sim	0-6	21	12	Paquistão
<i>Países sul-americanos mais populosos (além do Brasil)</i>									
99	96	94	99	92	Sim	0-5	50	13	Argentina
93	93	93	95	93	Sim	0-5	63	12	Colômbia
97	80	95	99	80	Sim	0-5	64	13	Peru
83	71	73	55	71	Sim	0-2	51	18	Venezuela
<i>Países-membros da OCDE (além do México)</i>									
...	97	97	94	87	Sim	0-2	51	14	Alemanha
...	92	92	94	94	Sim	1-4	57	6	Austrália ⁶
...	85	85	79	85	Sim	1-3	52	16	Áustria
...	99	99	92	94	Sim	1-3	45	15	Bélgica
...	94	90	94	14	Sim	0-6	61	15	Canadá
98	94	94	91	94	Sim	0-2	40	18	Chile
...	75	75	89	...	Sim	0-2	61	18	Dinamarca
98	99	99	99	99	51	28	Eslováquia
...	96	96	97	96	Sim	0-3	47	16	Espanha
...	96	92	93	92	Sim	0-4	59	0	Estados Unidos ⁷
97	99	97	98	...	Sim	0-6	58	18	Finlândia
84	98	98	87	29	Sim	0-3	50	16	França
88	88	87	88	88	Sim	0-3	43	17	Grécia
...	96	96	96	...	Sim	0-3	56	16	Holanda
99	99	99	99	...	Sim	0-2	44	24	Hungria
93	92	92	87	...	Sim	0-5	52	26	Irlanda
...	97	97	95	...	Sim	0-6	72	13	Islândia
...	96	96	87	96	Sim	0-2	38	21	Itália
...	98	95	98	...	Sim	0-6	49	14	Japão
...	99	99	96	87	Não	...	46	16	Luxemburgo
...	93	93	92	...	Sim	0-5	62	48	Noruega ⁸
...	88	88	79	88	Sim	0-5	61	14	Nova Zelândia
93	99	99	98	98	47	16	Polónia
98	97	96	95	97	Sim	0-3	56	21	Portugal
...	92	92	86	...	Sim	1-3	56	39	Reino Unido
96	91	91	92	91	Sim	0-5	50	13	Coreia do Sul
99	99	99	97	99	Não	...	51	28	República Tcheca
18	99	99	96	4	Sim	1-6	61	84	Suécia ⁸
...	93	94	86	...	Sim	0-5	60	14	Suíça
94	96	96	96	96	Sim	0-2	25	16	Turquia
Média Ponderada					Mediana		Mediana		
89	81	82	82	65	53	13	Mundo
...	52	17	Países desenvolvidos
89	80	81	81	65	53	12	Países em desenvolvimento
...	50	12	América Latina

7. Há licença-maternidade estatutária, mas ainda sim não é remunerada. Em alguns casos, o empregador pode conceder um benefício.

8. A duração da licença-maternidade refere-se ao período máximo de licença parental atribuído à mulher.

Fontes: Situação da licença maternidade das mulheres, OIT (a ser publicado), Divisão de Estatísticas das Nações Unidas (2009), US Social Security Administration (2008).

Tabela 4. Participação na educação primária

País ou território	Grupo Etário	População em idade escolar ¹ (milhares)	MATRÍCULA NA EDUCAÇÃO PRIMÁRIA				MATRÍCULA EM INSTITUIÇÕES PRIVADAS COMO % DO TOTAL DE MATRÍCULAS		TAXA BRUTA DE ESCOLARIZAÇÃO (TBE) NA EDUCAÇÃO PRIMÁRIA (%)			
			Ano letivo encerrado em				Ano letivo encerrado em		Ano letivo encerrado em			
			1999		2007		1999	2007	1999			
			Total (milhares)	% Mulheres	Total (milhares)	% Mulheres			Total	Homens	Mulheres	IPG (M/H)
Brasil ³	7-10	13.885	20.939	48	17.996	47	8	11	154	159	150	0,94
<i>1 Alguns países que têm estreitado seus canais de diálogo com a OCDE</i>												
2 África do Sul	7-13	7.134	7.935	49	7.312	49	2	2	116	117	114	0,97
4 China ⁴	7-11	95.607	107.395	47	...	4
5 Rússia ⁵	7-10	5.232	6.743	49	5.010	49	...	0,6	108	109	107	0,98
<i>6 Países do E-9</i>												
<i>8 (além do Brasil e China)</i>												
9 Bangladesh	6-10	17.842	16.313	51	...	42
10 Egito	6-11	9.544	8.086	47	9.988	48	...	8	102	106	97	0,91
11 Índia	6-10	124.425	110.986	43	139.170 ²	47 ²	93	100	85	0,84
12 Indonésia	7-12	25.412	29.797	48	...	18
13 México	6-11	12.847	14.698	49	14.631	49	7	8	111	112	109	0,98
14 Nigéria ⁶	6-11	24.111	17.907	44	22.862 ²	45 ²	4	5 ²	88	98	78	0,79
15 Paquistão	5-9	19.534	17.979	44	...	34 ²
<i>17 Países sul-americanos mais populosos (além do Brasil)</i>												
19 Argentina	6-11	4.092	4.664	49	4.686 ²	49 ²	20	22 ²	113	113	112	0,99
20 Colômbia	6-10	4.554	5.162	49	5.299	49	20	19	114	114	114	1,00
21 Peru	6-11	3.411	4.350	49	3.994	49	13	19	122	123	121	0,99
22 Venezuela	6-11	3.320	3.261	49	3.521	48	15	15	100	101	99	0,98
<i>24 Países-membros da OCDE</i>												
<i>25 (além do México)</i>												
26 Alemanha	6-9	3.177	3.767	49	3.311	49	2	3	106	106	105	0,99
27 Austrália	5-11	1.840	1.885	49	1.973	49	27	30	100	100	100	1,00
28 Áustria	6-9	344	389	48	347	48	4	5	103	103	102	0,99
29 Bélgica	6-11	713	763	49	732	49	55	54	105	105	105	0,99
30 Canadá	6-11	2.295	2.429	49	2.305 ²	49 ²	6	6 ²	99	99	99	1,00
31 Chile	6-11	1.589	1.805	48	1.679	48	45	55	101	102	99	0,97
32 Dinamarca	7-12	420	372	49	416	49	11	12	101	102	101	1,00
33 Eslováquia	6-9	226	317	49	231	49	4	5	103	103	102	0,99
34 Espanha	6-11	2.418	2.580	48	2.556	48	33	33	106	106	105	0,99
35 Estados Unidos	6-11	24.730	24.938	49	24.492	49	12	10	101	100	102	1,03
36 Finlândia	7-12	374	383	49	365	49	1	1	99	99	99	1,00
37 França ⁷	6-10	3.723	3.944	49	4.106	48	15	15	107	107	106	0,99
38 Grécia	6-11	631	646	48	639	49	7	7	94	94	95	1,00
39 Holanda	6-11	1.200	1.268	48	1.281	48	68	...	108	109	107	0,98
40 Hungria	7-10	417	503	48	399	48	5	7	102	103	101	0,98
41 Irlanda	4-11	456	457	49	476	49	0,9	0,9	104	104	103	0,99
42 Islândia	6-12	31	30	48	30	49	1	2	99	100	98	0,98
43 Itália	6-10	2.695	2.876	48	2.820	48	7	7	103	103	102	0,99
44 Japão	6-11	7.209	7.692	49	7.220	49	0,9	1	101	101	101	1,00
45 Luxemburgo	6-11	35	31	49	36	49	7	8	101	100	102	1,02
46 Noruega	6-12	436	412	49	431	49	1	2	101	101	101	1,00
47 Nova Zelândia	5-10	344	361	49	349	49	...	12	100	100	100	1,00
48 Polónia	7-12	2.560	3.434	48	2.485	49	...	2	98	99	97	0,98
49 Portugal	6-11	655	815	48	754	47	9	11	123	126	121	0,96
50 Reino Unido	5-10	4.243	4.661	49	4.409	49	5	5	101	101	101	1,00
51 Coreia do Sul	6-11	3.602	3.946	47	3.838	48	1	1	98	100	96	0,95
52 República Tcheca	6-10	460	655	49	463	48	0,8	1	103	104	103	0,99
53 Suécia	7-12	636	763	49	601	49	3	8	110	108	111	1,03
54 Suíça	7-12	525	530	49	511	49	3	4	102	102	102	1,00
55 Turquia	6-11	8.399	8.065	48	...	2 ²
56		Total	Total	%Mulh.	Total	%Mulh.	Mediana		Média ponderada			
57 Mundo	...	653.493	646.227	47	693.877	47	7	8	99	103	95	0,92
58 Países desenvolvidos	...	65.378	70.414	49	66.334	49	4	5	102	102	102	1,00
59 Países em desenvolvimento	...	575.240	559.370	46	614.914	47	11	10	98	103	93	0,91
60 América Latina	...	55.991	67.549	48	65.637	48	15	14	121	123	119	0,97

Fonte: Instituto de Estatísticas da UNESCO (UIS, 2009).

- Os dados se referem a 2006, exceto no caso de países com um calendário escolar, quando os dados são para 2007.
- Os dados refletem o número real de crianças que não estão matriculadas, derivados das taxas de matrícula por faixa etária das crianças em idade escolar, que mede a proporção das crianças matriculadas no ensino primário ou secundário (TLE primária total).

- O número de matrículas diminuiu entre 2005 e 2007 principalmente porque a data de referência da coleta de dados foi transferida da última quarta-feira do mês de março para a última quarta-feira de maio a fim de contabilizar matrículas duplicadas e transferência de estudantes e professores (de uma escola para outra), frequentes no início do ano. A esta altura do ano letivo (ou ano escolar), as redes escolares se estabilizam, de modo que os dados coletados devem representar o ano letivo corrente.

TAXA BRUTA DE ESCOLARIZAÇÃO (TBE) NA EDUCAÇÃO PRIMÁRIA (%)					TAXA LÍQUIDA DE ESCOLARIZAÇÃO (TLE) NA EDUCAÇÃO PRIMÁRIA (%)								CRIANÇAS FORA DA ESCOLA ²					
Ano letivo encerrado em					Ano letivo encerrado em								Ano letivo encerrado em					
2007					1999				2007				1999		2007			
Total	Homens	Mulheres	IPG (M/H)		Total	Homens	Mulheres	IPG (M/H)	Total	Homens	Mulheres	IPG (M/H)	Total (milhares)	% Mulheres	Total (milhares)	% Mulheres	Brasil ³	
130	134	125	0,93		91	93	93	93	1,00	1.033	...	901	49	Brasil ³	
																		1
																		2
103	104	101	0,97		94	93	94	1,01	86	86	86	1,00	97	2	642	44	3	
112	113	112	0,99		4
96	96	96	1,00		5
																		6
																		7
																		8
91	88	95	1,08		87 ^z	83 ^z	90 ^z	1,08 ^z	1.837 ^z	33 ^z	9	
105	107	102	0,95		94	97	90	0,93	96	98	94	0,96	285	97	232	96	10	
112 ^z	114 ^z	109 ^z	0,96 ^z		89 ^z	90 ^z	87 ^z	0,96 ^z	7.142 ^z	65 ^z	11	
117	120	115	0,96		95	97	93	0,96	507	...	12	
114	115	112	0,97		97	97	97	1,00	98	55	17	109	...	13	
97 ^z	104 ^z	89 ^z	0,85 ^z		58	64	52	0,82	64 ^z	68 ^z	60 ^z	0,88 ^z	8.218	57	8.221 ^z	55 ^z	14	
92	101	83	0,82		66 ^z	73 ^z	57 ^z	0,78 ^z	6.821 ^z	60 ^z	15	
																		16
																		17
																		18
																		19
114 ^z	115 ^z	113 ^z	0,98 ^z		99	99	99	0,99	98 ^z	26	82	39 ^z	...	20	
116	117	116	0,99		89	89	90	1,01	87	87	87	1,00	369	46	413	47	21	
117	117	118	1,01		98	98	97	1,00	96	95	97	1,02	6	...	35	...	22	
106	107	105	0,97		86	85	86	1,01	92	92	92	1,00	424	47	195	46	23	
																		24
																		25
																		26
104	104	104	1,00		100	98	98	98	1,00	3	...	7	...	27	
107	107	107	1,00		94	94	94	1,01	97	97	97	1,01	108	46	51	43	28	
101	101	100	0,99		97	97	98	1,01	97 ^z	97 ^z	98 ^z	1,01 ^z	10	38	9 ^z	38 ^z	29	
103	103	103	1,00		99	99	99	1,00	98	98	98	1,01	6	43	12	42	30	
99 ^z	99 ^z	99 ^z	0,99 ^z		99	99	99	1,00	30	42	31	
106	108	103	0,95		94	95	94	0,99	87	53	32	
99	99	99	1,00		97	97	97	1,00	96	95	96	1,01	8	42	17	39	33	
102	103	101	0,99		92 ^y	92 ^y	92 ^y	1,01 ^y	19 ^y	47 ^y	34	
106	106	105	0,99		100	100	100	1,00	100	100	100	1,00	6	69	5,5	80	35	
99	99	99	1,00		94	94	94	1,00	92	92	93	1,01	1.215	49	1.564	43	36	
98	98	97	1,00		99	99	98	1,00	96	96	96	1,00	5	57	13	46	37	
110	111	110	0,99		99	99	99	1,00	99	98	99	1,00	9	34	29	32	38	
101	101	101	1,00		92	92	93	1,01	100	100	100	1,00	31	44	1,4	49	39	
107	108	106	0,98		99	100	99	0,99	98	99	98	0,99	6,4	99	17	70	40	
96	96	95	0,98		88	88	88	0,99	87	87	86	0,98	15	46	29	48	41	
104	105	104	1,00		94	93	94	1,01	96	96	96	1,01	28	45	18	43	42	
97	97	98	1,00		99	100	98	0,98	97	97	97	1,00	0,3	...	0,8	46	43	
105	105	104	0,99		99	99	99	0,99	99	99	98	0,99	7	...	17	73	44	
100	100	100	1,00		100	100	3	...	16	...	45	
102	102	103	1,00		97	96	98	1,03	97	97	98	1,01	0,6	16	0,4	19	46	
99	99	99	1,00		100	100	100	1,00	99	99	99	1,00	0,6	60	6	49	47	
102	101	102	1,01		99	99	99	1,00	99	99	99	1,01	2,0	45	2,5	24	48	
97	97	97	1,00		96	96	96	1,00	96	95	96	1,01	133	48	110	45	49	
115	118	112	0,95		99	99	98	0,99	6	70	50	
104	104	104	1,01		100	100	100	1,00	97	97	98	1,01	2	25	68	37	51	
107	107	106	0,98		97	99	94	0,95	98 ^z	129	84	57 ^z	...	52	
101	101	100	0,99		97	96	97	1,00	93 ^y	97 ^y	94 ^y	1,03 ^y	21	46	37 ^y	41 ^y	53	
94	95	94	1,00		100	94	94	94	1,00	2	...	38	50	54	
97	98	97	0,99		94	94	94	1,00	89	89	89	0,99	10	37	34	48	55	
96	99	93	0,95		92	94	91	0,97	643	59	56	
													Total	%Mulh.	Total	%Mulh.	57	
													105.035	58	71.791	54	58	
													1.791	50	2.334	44	59	
													101.773	58	68.638	55	60	
													3.045	55	2.367	49		

4. As crianças entram na escola primária com seis ou sete anos. Como sete anos é a idade mais comum, as taxas de matrícula foram calculadas utilizando o grupo populacional na faixa etária de sete a 11 anos.

5. Na Federação da Rússia, existiam no passado dois sistemas educacionais, ambos começando na idade de sete anos. O sistema mais comum ou disseminado tinha a duração de três anos e foi usado para cálculo de indicadores. O segundo sistema, no qual cerca de um terço das crianças do ensino primário eram matriculadas, tinha quatro séries anuais. Desde 2004, esse último sistema passou a ser adotado em todo o país.

6. Devido à contínua discrepância na matrícula segundo cada ano de idade, a taxa líquida de matrícula na educação primária é estimada utilizando a distribuição etária dos dados de DHS de 2004.

7. Os dados incluem Departamentos e territórios franceses de ultramar (DOM-TOM).

Os dados em itálico são estimativas do UIS.

(z) Os dados são para o ano letivo encerrado em 2006.

(y) Os dados são para o ano letivo encerrado em 2005.

(*) Estimativas nacionais.

Tabela 5. Participação na educação secundária¹

País ou território	TRANSIÇÃO DA EDUCAÇÃO PRIMÁRIA PARA A SECUNDÁRIA GERAL (%)			MATRÍCULA NA EDUCAÇÃO SECUNDÁRIA								
	Ano letivo encerrado em 2006			Grupo Etário	População em idade escolar ² (milhares)	Total de Matrículas				Matrícula em instituições privadas como % do total de matrículas	Matrícula na educação técnica e profissional	
						Ano letivo encerrado em					Ano letivo encerrado em 2007	Ano letivo encerrado em 2007
	Total	Homens	Mulheres			1999	2007		Total (milhares)			% Mulheres
Brasil ³	82 ^x	11-17	23.396	24.983	52	23.424	52	11	997	58
1 Alguns países que têm estreitado seus canais de diálogo com a OCDE												
3 África do Sul	94	93	94	14-18	4.924	4.239	53	4.780	51	3 ^y
4 China	12-17	131.690	77.436	...	101.831	48	8	17.229	50
5 Rússia	11-17	12.808	10.798	48	0.6	1.842	37
6												
7 Países do E-9												
8 (além do Brasil e China)												
9 Bangladesh	97 ^y	95 ^y	100 ^y	11-17	24.101	9.912	49	10.445	50	96	254	30
10 Egito	12-17	9.414	7.671	47
11 Índia	84 ^y	86 ^y	82 ^y	11-17	169.164	67.090	39	91.529 ^z	43 ^z	...	750 ^z	7
12 Indonésia	99	99	98	13-18	25.472	18.717	49	49	2.402	41
13 México	94	95	94	12-17	12.533	8.722	50	11.122	51	15	1.676	56
14 Nigéria	49 ^y	49 ^y	49 ^y	12-17	20.683	3.845	47	6.436 ^z	44 ^z	12 ^z	166 ^z	35
15 Paquistão	76	75	76	10-16	28.103	9.145	42	31	331	35
16												
17 Países sul-americanos mais populosos												
18 (além do Brasil)												
19 Argentina	94 ^y	93 ^y	95 ^y	12-17	4.153	3.344	50	3.481 ^z	52 ^z	28 ^z	1.231 ^z	54
20 Colômbia	99	99	100	11-16	5.472	3.589	52	4.657	52	23	266	54
21 Peru	98	99	96	12-16	2.919	2.278	48	2.861	50	26	257	61
22 Venezuela	98	98	98	12-16	2.740	1.439	54	2.175	52	26	117	50
23												
24 Países-membros da OCDE												
25 (além do México)												
26 Alemanha	99	99	98	10-18	8.004	8.185	48	7.982	48	8	1.727	42
27 Austrália ⁴	12-17	1.690	2.491	49	2.511	48 ^z	28	1.009	44
28 Áustria	99	100	99	10-17	765	748	48	778	48	10	301	44
29 Bélgica	99	100	99	12-17	750	1.033	51	822 ^z	48 ^z	68	343	44
30 Canadá	12-17	2.593	2.632 ^z	48 ^z	6 ^z	-	-
31 Chile	97 ^x	96 ^x	98 ^x	12-17	1.779	1.305	50	1.612	50	55	389	47
32 Dinamarca	97	97	96 ^y	13-18	399	422	50	475	49	13	126	44
33 Eslováquia	98	97	98	10-18	658	674	50	617	49	8	215	46
34 Espanha	12-17	2.570	3.299	50	3.080	50	28	492	50
35 Estados Unidos	12-17	26.248	22.445	...	24.731	49	9	-	-
36 Finlândia	100	100	100 ^y	13-18	389	480	51	433	50	7	126	46
37 França ⁵	11-17	5.237	5.955	49	5.940	49	26	1.180	42
38 Grécia	97 ^y	12-17	670	771	49	682	47	5	109	35
39 Holanda	12-17	1.208	1.365	48	1.444	48	...	671	46
40 Hungria	98	100	95	11-18	981	1.007	49	937	49	11	128	39
41 Irlanda	99 ^x	12-16	279	346	50	316	51	0.7	51	54
42 Islândia	100	100	100	13-19	31	32	50	34	50	7	7	43
43 Itália	100	100	99	11-18	4.502	4.450	49	4.553	48	5	1.687	39
44 Japão	12-17	7.362	8.959	49	7.427	49	19	922	43
45 Luxemburgo	12-18	39	33	50	38	50	18	12	48
46 Noruega	100	100	99	13-18	372	378	49	420	48	7 ^y	135	42
47 Nova Zelândia	11-17	435	437	50	527	49	20
48 Polónia	92 ^y	13-18	3.211	3.984	49	3.206	48	3	784	36
49 Portugal	12-17	673	848	51	680	51	16	125	42
50 Reino Unido	11-17	5.445	5.192	49	5.306	49	26	1.008	50
51 Coreia do Sul	99	99	98	12-17	3.985	4.177	48	3.917	47	32	494	46
52 República Tcheca	99	99	99	11-18	979	928	50	937	49	8	360	46
53 Suécia	13-18	734	946	55	760	49	12	223	44
54 Suíça	100	99	100	13-19	639	544	47	592	47	7	191	40
55 Turquia	92 ^x	93 ^x	90 ^x	12-16	6.896	5.527	44	2 ^z	1.172	38
56												
57 Mundo	93	93	94	...	782.790	436.797	47	518.721	47	11	54.024	46
58 Países desenvolvidos	99	82.951	84.564	49	83.335	49	7	13.553	43
59 Países em desenvolvimento	88	89	86	...	670.705	320.514	46	409.125	47	15	37.044	47
60 América Latina	94	94	94	...	63.919	51.424	51	57.253	51	22	6.225	54

Fonte: Instituto de Estatísticas da UNESCO (UIS, 2009).

1. Refere-se aos ciclos do ensino secundário inferior e superior (ISCED níveis 2 e 3).
2. Os dados são para 2006, exceto para os países com um calendário escolar, quando os dados são para 2007.
3. O número de matrículas diminuiu entre 2005 e 2007 principalmente porque a data de referência da coleta de dados foi transferida da última quarta-feira do mês de março para a última quarta-feira de maio a fim de contabilizar matrículas duplicadas e transferência de estudantes e professores (de uma escola para outra),

frequentes no início do ano. A esta altura do ano letivo as redes escolares se estabilizam, de modo que os dados coletados devem representar o ano letivo corrente.

4. Os dados de matrícula para ensino secundário superior incluem a educação de adultos (estudantes com mais de 25 anos), particularmente em programas pré-profissionalizantes/profissionalizantes, nos quais os homens são a maioria. Isso explica o alto número de TBE em comparação com baixos números de IPG.

TAXA BRUTA DE ESCOLARIZAÇÃO (TBE) NA EDUCAÇÃO SECUNDÁRIA (%)																TAXA LÍQUIDA DE ESCOLARIZAÇÃO (TLE) NA EDUCAÇÃO SECUNDÁRIA (%)				Brasil ³
1º ciclo secundário				2º ciclo secundário				Total secundário								Total secundário				
Ano letivo encerrado em 2007				Ano letivo encerrado em 2007				Ano letivo encerrado em								Ano letivo encerrado em 2007				
								1999				2007								
Total	Homens	Mulheres	IPG (M/H)	Total	Homens	Mulheres	IPG (M/H)	Total	Homens	Mulheres	IPG (M/H)	Total	Homens	Mulheres	IPG (M/H)	Total	Homens	Mulheres	IPG (M/H)	
114 ^z	112 ^z	117 ^z	1,04 ^z	94 ^z	86 ^z	103 ^z	1,19 ^z	99	94	104	1,11	106 ^z	101 ^z	111 ^z	1,10 ^z	76 ^z	75 ^z	81 ^z	1,08 ^z	
																				1
																				2
95	95	94	0,99	99	94	103	1,09	89	83	94	1,13	97	95	99	1,05	73	71	76	1,06	3
96	96	96	1,00	60	60	61	1,03	62	77	77	78	1,01	4
82	82	83	1,01	88	91	85	0,93	84	85	83	0,98	5
																				6
																				7
																				8
60	56	64	1,13	30	31	30	0,97	45	45	45	1,01	43	42	45	1,06	41	39	42	1,07	9
...	82	86	79	0,92	10
71 ^z	75 ^z	66 ^z	0,89 ^z	42 ^z	47 ^z	36 ^z	0,77 ^z	44	52	36	0,71	55 ^z	59 ^z	49 ^z	0,83 ^z	11
90	90	91	1,02	57	57	56	0,98	73	73	74	1,01	68	67	68	1,01	12
114	112	117	1,05	62	61	62	1,01	70	69	70	1,01	89	88	90	1,03	72	72	72	1,00	13
35 ^z	39 ^z	32 ^z	0,82 ^z	28 ^z	31 ^z	25 ^z	0,79 ^z	23	24	22	0,89	32 ^z	35 ^z	28 ^z	0,81 ^z	27 ^z	30 ^z	24 ^z	0,82	14
45	52	39	0,75	23	26	20	0,77	33	37	28	0,76	32	37	28	0,76	15
																				16
																				17
																				18
102 ^z	99 ^z	104 ^z	1,06 ^z	66 ^z	59 ^z	74 ^z	1,24 ^z	84	82	86	1,05	84 ^z	79 ^z	89 ^z	1,12 ^z	78 ^z	74 ^z	83 ^z	1,11	19
94	90	97	1,08	68	62	74	1,18	70	67	74	1,11	85	81	90	1,11	67	64	71	1,11	20
114	111	117	1,06	74	74	74	1,00	84	87	81	0,94	98	96	100	1,04	76	76	77	1,01	21
89	86	93	1,08	65	59	71	1,20	56	51	62	1,22	79	75	84	1,12	68	64	73	1,14	22
																				23
																				24
																				25
100	100	100	1,00	100	102	97	0,95	98	99	97	0,98	100	101	99	0,98	26
114	114	114	1,00	217	226	207	0,91	157	158	157	1,00	149	152	145	0,96	88	87	89	1,02	27
102	102	102	0,99	101	104	98	0,94	99	101	97	0,96	102	103	100	0,96	28
112	115	108	0,95	109	111	108	0,98	143	138	148	1,07	110	112	108	0,97	87 ^z	89 ^z	85 ^z	0,96	29
97 ^z	98 ^z	96 ^z	0,99 ^z	104 ^z	105 ^z	103 ^z	0,97 ^z	102 ^z	103 ^z	100 ^z	0,98 ^z	30
99	100	99	0,98	86	84	88	1,05	79	78	81	1,04	91	89	92	1,03	85	84	87	1,03	31
117	115	118	1,03	122	120	124	1,03	125	121	128	1,06	119	117	121	1,03	90	88	91	1,03	32
95	96	94	0,98	92	91	94	1,03	85	84	86	1,02	94	93	94	1,01	33
117	117	117	1,00	125	115	136	1,18	108	105	112	1,07	120	116	124	1,06	95	93	96	1,03	34
100	100	100	1,00	89	88	89	1,01	95	94	94	95	1,01	88	87	89	1,02	35
102	102	102	1,00	121	116	126	1,09	121	116	126	1,09	111	109	114	1,05	97	97	97	1,01	36
111	111	111	0,99	117	116	118	1,02	111	111	111	1,00	113	113	114	1,01	98	97	99	1,02	37
104	108	100	0,92	99	101	98	0,97	90	89	92	1,04	102	105	99	0,95	91	91	91	0,99	38
128	131	125	0,95	111	111	112	1,01	124	126	121	0,96	120	121	118	0,98	89	88	90	1,02	39
97	97	96	0,99	94	94	95	1,01	94	93	94	1,02	96	96	95	1,00	89	89	90	1,00	40
105	104	107	1,03	125	118	132	1,12	107	104	111	1,06	113	110	117	1,07	88	86	90	1,05	41
101	101	100	0,99	118	113	124	1,10	110	107	113	1,06	111	108	114	1,06	91	89	92	1,03	42
103	105	101	0,97	100	100	100	1,00	92	92	91	0,99	101	102	100	0,99	94	93	94	1,01	43
101	101	101	1,00	101	101	101	1,00	102	101	102	1,01	101	101	101	1,00	98	98	98	1,00	44
108	108	109	1,01	88	86	91	1,06	98	96	99	1,04	97	96	99	1,04	85	83	86	1,04	45
97	97	97	0,99	129	131	128	0,98	120	118	121	1,02	113	114	112	0,99	97	97	97	1,01	46
104	104	104	1,00	143	139	148	1,07	113	110	115	1,05	121	119	123	1,03	47
101	101	100	0,98	99	99	99	1,00	99	100	99	0,99	100	100	99	0,99	94	93	95	1,02	48
117	117	117	1,00	86	79	93	1,18	106	102	110	1,08	101	98	105	1,07	88	84	92	1,09	49
98	97	98	1,01	97	96	99	1,03	101	101	101	1,00	97	96	99	1,02	91	90	93	1,04	50
101	106	97	0,91	95	97	93	0,96	98	97	98	1,01	98	102	95	0,93	97	100	94	0,94	51
99	99	98	1,00	93	92	94	1,03	83	81	84	1,04	96	95	96	1,01	52
103	104	103	0,99	104	104	104	0,99	157	137	177	1,29	104	104	103	0,99	100	100	100	1,00	53
107	106	109	1,03	81	86	76	0,89	94	98	90	0,92	93	95	90	0,96	82	84	80	0,96	54
89	96	82	0,86	74	82	66	0,80	80	88	72	0,82	69	75	64	0,86	55
Média Ponderada				Média Ponderada				Média Ponderada				Média Ponderada				56				
78	80	76	0,95	54	56	53	0,95	60	62	57	0,92	66	68	65	0,95	59	60	58	0,96	57
102	103	102	1,00	99	98	99	1,01	100	100	100	1,00	100	100	100	1,00	90	90	91	1,01	58
75	77	72	0,94	48	50	46	0,94	52	55	49	0,89	61	63	59	0,94	54	55	52	0,95	59
102	100	104	1,04	75	70	80	1,14	81	78	83	1,07	90	86	93	1,08	72	69	74	1,07	60

5. Os dados incluem Departamentos e territórios franceses de ultramar (DOM-TOM). Os dados em itálico são estimativas do UIS.

(z) Os dados são para o ano letivo encerrado em 2006.
 (y) Os dados são para o ano letivo encerrado em 2005.
 (x) Os dados são para o ano letivo encerrado em 2004.
 (*) Estimativas nacionais.

Tabela 6. Investimento em educação: gasto público

País ou território	Total de gastos públicos com educação como % do PNB		Total de gastos públicos com educação como % do total de gastos do governo		Gastos públicos correntes com educação como % do total de gastos públicos com educação		Gastos públicos correntes com educação primária como % do gasto público corrente em educação		Gastos públicos correntes com educação primária por aluno (custo unitário) em PPC US\$ constante para 2006		Gastos públicos correntes com educação primária como % do PNB	
	1999	2007	1999	2007	1999	2007	1999	2007	1999	2007	1999	2007
Brasil	4,0	5,2 ^z	10,5	16,2 ^z	95,1	94,2 ^z	33,3	31,7 ^z	804	1.257 ^y	1,3	1,6 ^z
<i>Alguns países que têm estreitado seus canais de diálogo com a OCDE</i>												
África do Sul	6,2	5,5	22,2	17,4	98,1	96,1	45,2	41,3	1.097*	1.225	2,7	2,2
China	1,9	...	13,0	...	93,2	...	34,3	0,6	...
Rússia	...	4,0 ^z	...	12,9 ^x
<i>Países do E-9 (além do Brasil e China)</i>												
Bangladesh	2,3	2,4	15,3	15,8	63,7	85,8	38,9	43,4	...	99	0,6	0,9
Egito	...	3,7	...	12,6
Índia	4,5	3,2 ^y	12,7	...	98,0	99,3 ^y	29,9	35,8 ^y	192	179 ^y	1,3	1,2 ^y
Indonésia	...	3,6	...	17,5
México	4,5	5,6 ^z	22,6	25,6 ^x	95,0	96,8 ^z	40,8	39,1 ^z	1.210	1.798 ^z	1,8	2,1 ^z
Nigéria
Paquistão	2,6	2,8	...	11,2	88,9	73,9
<i>Países sul-americanos mais populosos (além do Brasil)</i>												
Argentina	4,6	4,6 ^z	13,3	14,0 ^z	94,0	97,9 ^z	36,7	34,9 ^z	1.322	1.544 ^z	1,6	1,6 ^z
Colômbia	4,5	5,1	16,9	12,6	...	88,2	...	41,0	...	1.044	...	1,9
Peru	3,4	2,7	21,1	16,4	87,9	92,2	40,4	40,8	393	495	1,2	1,0
Venezuela	...	3,7	97,3	...	32,5	...	1.071	...	1,2
<i>Países-membros da OCDE (além do México)</i>												
Alemanha	4,5	4,4 ^z	9,5	9,7 ^z	...	98,1 ^z	...	15,0 ^z	...	5.137 ^z	...	0,6 ^z
Austrália	5,2	5,4 ^z	96,1	95,4 ^z	32,9	33,0 ^z	4.808	5.417 ^z	1,7	1,7 ^z
Áustria	6,4	5,5 ^y	12,4	10,9 ^y	94,1	96,3 ^y	19,0	19,1 ^y	7.362	7.881 ^y	1,1	1,0 ^y
Bélgica	...	6,0 ^z	...	12,4 ^z	...	97,5 ^z	...	23,3 ^z	...	6.612 ^z	...	1,4 ^z
Canadá	5,9	5,0 ^y	98,4	95,0 ^y
Chile	4,0	3,8	15,6	18,2	87,6	93,7	44,5	35,1	1.323	1.496	1,5	1,2
Dinamarca	8,2	8,2 ^y	14,9	15,5 ^y	...	95,4 ^y	...	22,5 ^y	7.318	7.913 ^y	1,6	1,8 ^y
Eslováquia	4,2	3,9 ^z	13,8	10,2 ^z	95,8	93,8 ^z	14,5	17,9 ^z	1.264	2.601 ^z	0,6	0,7 ^z
Espanha	4,4	4,4 ^z	11,3	11,1 ^z	91,1	89,6 ^z	28,1	26,7 ^z	4.370	5.299 ^z	1,1	1,0 ^z
Estados Unidos	5,0	5,7 ^z	...	14,8 ^z
Finlândia	6,2	6,1 ^z	12,5	12,6 ^z	93,7	92,9 ^z	21,1	20,2 ^z	4.330	5.345 ^z	1,2	1,1 ^z
França	5,7	5,6 ^z	11,5	10,6 ^z	91,4	91,2 ^z	20,2	20,6 ^z	4.621	5.167 ^z	1,1	1,0 ^z
Grécia	2,8	3,5 ^y	7,0	9,2 ^y	78,0	78,2 ^y	25,2	26,2 ^y	2.308	3.641 ^y	0,5	0,7 ^y
Holanda	4,6	5,4 ^z	10,4	12,0 ^z	96,2	100,0 ^z	25,5	25,2 ^z	4.671	6.487 ^z	1,1	1,4 ^z
Hungria	5,0	5,8 ^z	12,8	10,4 ^z	91,4	92,8 ^z	19,5	20,0 ^z	2.238	4.434 ^z	0,9	1,1 ^z
Irlanda	4,9	5,7 ^z	13,2	14,4 ^z	91,2	91,5 ^z	32,2	33,0 ^z	3.183	5.591 ^z	1,4	1,7 ^z
Islândia	...	8,5 ^z	...	18,1 ^z	...	89,8 ^z	...	33,7 ^z	...	8.360 ^z	...	2,6 ^z
Itália	4,7	4,8 ^z	9,6	9,7 ^z	94,0	95,0 ^z	26,1	25,1 ^z	6.244	6.919 ^z	1,2	1,1 ^z
Japão	3,5	3,4 ^z	9,3	9,5 ^z
Luxemburgo	3,7	...	8,5	11.519 ^y	...	1,5 ^y
Noruega	7,2	6,6 ^z	15,6	16,2 ^z	89,6	91,9 ^z	24,7	24,6 ^z	7.800	8.382 ^z	1,6	1,5 ^z
Nova Zelândia	7,2	6,3	...	19,7 ^z	95,1	99,8	26,7	23,9	4.005	3.798	1,8	1,5
Polónia	4,7	5,6 ^y	11,4	12,7 ^x	93,0	95,2 ^y	...	30,5 ^y	...	3.065 ^y	...	1,6 ^y
Portugal	5,4	5,5 ^z	12,8	11,3 ^z	92,6	97,2 ^z	31,0	30,7 ^z	3.760	4.611 ^z	1,5	1,6 ^z
Reino Unido	4,6	5,4 ^y	11,4	12,5 ^y	...	92,7 ^y	...	25,9 ^y	...	5.326 ^y	...	1,3 ^y
Coreia do Sul	3,8	4,4 ^y	13,1	15,3 ^y	80,3	86,9 ^y	43,5	35,1 ^y	2.602	3.547 ^y	1,3	1,4 ^y
República Tcheca	4,1	4,8 ^z	9,7	10,5 ^z	90,9	89,2 ^z	17,8	13,3 ^z	1.674	2.597 ^z	0,7	0,6 ^z
Suécia	7,5	7,0 ^z	13,6	12,6 ^z	...	95,1 ^z	...	24,3 ^z	...	8.001 ^z	...	1,6 ^z
Suíça	5,0	5,1 ^z	15,2	16,3 ^z	90,2	92,2 ^z	31,6	28,6 ^z	7.153	8.027 ^z	1,4	1,4 ^z
Turquia	4,0	4,1 ^x	90,5 ^x	...	40,0 ^x	...	1.039 ^x	...	1,5 ^x
<i>Mundo¹</i>												
Países desenvolvidos	4,6	4,9	...	15,0	...	91,8	...	33,1	...	1.003	...	1,4
Países em desenvolvimento	5,0	5,3	11,5	12,4	...	93,7	...	23,9	...	5.312	...	1,1
América Latina	4,5	4,5	90,0	1,6

Fonte: Instituto de Estatísticas da UNESCO (UIS, 2009).

1. Todos os valores apresentados são medianas.

Os dados em itálico são estimativas do UIS.

(z) Os dados são para o ano letivo encerrado em 2006.

(y) Os dados são para o ano letivo encerrado em 2005.

(x) Os dados são para o ano letivo encerrado em 2004.

(*) Estimativas nacionais.

Gastos públicos correntes com educação primária por aluno como % do PNB per capita		Gastos públicos correntes com educação secundária como % dos gastos públicos correntes com educação		Gastos públicos correntes em educação secundária por aluno (custo unitário) em PPC US\$ constante para 2006		Gastos públicos correntes em educação secundária como % do PNB		Gastos públicos correntes com educação secundária por aluno como % do PNB per capita		Salário de professores primários como % dos gastos públicos correntes com educação primária		País ou território
1999	2007	1999	2007	1999	2007	1999	2007	1999	2007	1999	2006	
10,4	15,0 ^y	36,1	44,3 ^z	729	1.093 ^y	1,4	2,2 ^z	9,4	13,0 ^y	...	72,9 ^z	Brasil
												<i>Alguns países que têm estreitado seus canais de diálogo com a OCDE</i>
14,3*	14,3	33,7	32,8	1.543*	1.476	2,0	1,7	20,2*	17,2	...	82,4	África do Sul
...	...	38,4	...	283	...	0,7	...	11,2	China
...	Rússia
												<i>Países do E-9 (além do Brasil e China)</i>
...	8,5	42,0	43,5	81	159	0,6	0,9	9,2	13,6	Bangladesh
...	Egito
11,7	9,0 ^y	37,6	42,9 ^y	400	333 ^y	1,7	1,4 ^y	24,3	16,7 ^y	78,6	80,1 ^y	Índia
...	Indonésia
11,6	15,0 ^z	...	29,9 ^z	...	1.843 ^z	...	1,6 ^z	...	15,4 ^z	86,3	86,0 ^z	México
...	Nigéria
...	Paquistão
												<i>Países sul-americanos mais populosos (além do Brasil)</i>
12,5	13,2 ^z	35,4	39,9 ^z	1.777	2.381 ^z	1,5	1,8 ^z	16,9	20,4 ^z	...	67,7 ^z	Argentina
...	16,1	...	28,9	...	838	...	1,3	...	12,9	91,0*	74,1	Colômbia
7,1	7,0	28,4	37,1	528	628	0,9	0,9	9,5	8,9	87,8	63,8	Peru
...	9,2	...	16,7	...	891	...	0,6	...	7,7	Venezuela
												<i>Países-membros da OCDE (além do México)</i>
...	16,0 ^z	...	48,0 ^z	...	6.591 ^z	...	2,1 ^z	...	20,5 ^z	Alemanha
16,6	17,7 ^z	39,5	38,8 ^z	4.373	4.869 ^z	2,0	2,0 ^z	15,1	15,9 ^z	59,6	63,7 ^z	Austrália
23,4	23,0 ^y	45,1	46,7 ^y	9.076	8.931 ^y	2,7	2,5 ^y	28,9	26,0 ^y	71,5	55,2 ^y	Áustria
...	19,7 ^z	...	43,2 ^y	...	10.609 ^y	...	2,5 ^y	...	32,4 ^y	...	65,6 ^z	Bélgica
...	Canadá
13,0	12,2	36,5	38,0	1.499	1.689	1,3	1,3	14,8	13,8	...	84,1	Chile
23,5	23,0 ^y	...	36,3 ^y	11.535	11.389 ^y	2,9	2,8 ^y	37,0	33,1 ^y	48,9	51,2 ^y	Dinamarca
10,0	15,1 ^z	55,7	50,0 ^y	2.280	2.371 ^y	2,2	1,9 ^y	18,0	15,2 ^y	62,1	51,9 ^z	Eslováquia
17,5	18,4 ^z	47,5	40,1 ^z	5.776	6.437 ^z	1,9	1,6 ^z	23,1	22,4 ^z	78,3	71,8 ^z	Espanha
...	55,9	54,7 ^z	Estados Unidos
16,4	16,2 ^z	39,3	41,3 ^z	6.434	9.373 ^z	2,3	2,3 ^z	24,4	28,4 ^z	59,0	57,9 ^z	Finlândia
15,6	16,0 ^z	49,8	46,6 ^z	7.555	7.774 ^z	2,6	2,4 ^z	25,5	24,1 ^z	...	52,8 ^z	França
9,2	12,3 ^y	37,5	37,0 ^y	2.873	4.679 ^y	0,8	1,0 ^y	11,5	15,8 ^y	...	91,3 ^y	Grécia
14,0	17,3 ^z	39,5	39,7 ^z	6.712	9.284 ^z	1,7	2,1 ^z	20,1	24,8 ^z	Holanda
18,0	26,3 ^z	40,6	41,1 ^z	2.329	3.984 ^z	1,8	2,2 ^z	18,7	23,6 ^z	Hungria
11,9	15,9 ^z	36,8	35,4 ^z	4.791	8.831 ^z	1,6	1,8 ^z	17,9	25,1 ^z	83,3	75,4 ^z	Irlanda
...	25,5 ^z	...	33,6 ^z	...	7.474 ^z	...	2,5 ^z	...	22,8 ^z	Islândia
22,9	24,1 ^z	46,5	46,7 ^z	7.189	7.930 ^z	2,1	2,1 ^z	26,4	27,6 ^z	...	67,8 ^z	Itália
...	Japão
...	19,0 ^y	13.774 ^z	...	1,8 ^z	...	22,2 ^z	...	74,2 ^y	Luxemburgo
17,2	16,2 ^z	31,9	35,3 ^y	10.973	13.338 ^y	2,0	2,3 ^y	24,2	26,2 ^y	...	78,4 ^z	Noruega
19,3	17,9	39,8	40,2	4.989	4.282	2,7	2,5	24,0	20,1	Nova Zelândia
...	22,7 ^y	...	36,4 ^y	...	2.894 ^y	...	1,9 ^y	...	21,4 ^y	Polónia
19,3	23,0 ^z	44,0	40,7 ^z	5.127	6.925 ^z	2,2	2,2 ^z	26,3	34,6 ^z	...	85,5 ^z	Portugal
...	16,8 ^y	...	34,9 ^y	...	5.802 ^y	...	1,8 ^y	...	18,3 ^y	52,4	52,8 ^y	Reino Unido
15,7	16,2 ^y	38,3	41,1 ^y	2.161	4.422 ^y	1,2	1,6 ^y	13,1	20,2 ^y	77,6	65,0 ^y	Coreia do Sul
10,3	12,5 ^z	49,8	48,3 ^z	3.299	4.623 ^z	1,8	2,1 ^z	20,4	22,2 ^z	45,0	47,7 ^z	República Tcheca
...	23,4 ^z	...	37,9 ^z	...	10.427 ^z	...	2,5 ^z	...	30,5 ^z	49,8	53,6 ^z	Suécia
19,2	19,6 ^z	40,5	37,9 ^z	8.898	9.400 ^z	1,8	1,8 ^z	23,9	22,9 ^z	72,4	70,9 ^z	Suíça
...	13,3 ^x	...	33,6 ^x	...	1.288 ^x	...	1,2 ^x	...	16,5 ^x	Turquia
...	13,7	...	36,3	1,6	...	19,5	<i>Mundo¹</i>
...	17,8	...	41,3	...	6.758	...	2,1	...	22,3	...	57,9	Países desenvolvidos
...	12,5	1,3	...	17,3	Países em desenvolvimento
...	11,1	...	32,2	...	865	...	1,2	...	12,8	...	72,9	América Latina

OBJETIVO 4				OBJETIVO 5										País ou território		
Melhorar os níveis de alfabetização de adultos				Igualdade de gênero na educação primária					Igualdade de gênero na educação secundária							
TAXA DE ALFABETIZAÇÃO DE ADULTO (a partir de 15 anos)				TAXA BRUTA DE ESCOLARIZAÇÃO (TBE)					TAXA BRUTA DE ESCOLARIZAÇÃO (TBE)							
1985-19941		2000-20071		Ano letivo encerrado em					Ano letivo encerrado em							
Total (%)	IPG (M/H)	Total (%)	IPG (M/H)	1991	1999		2007		1991	1999		2007				
Total (%)	IPG (M/H)	Total (%)	IPG (M/H)	Total (%)	IPG (M/H)	Total (%)	IPG (M/H)	Total (%)	IPG (M/H)	Total (%)	IPG (M/H)	Total (%)	IPG (M/H)			
...	...	90	1,01*	131	...	154	0,94	130	0,93	58	...	99,1	1,11	100	1,11	Brasil ²
...	...	88	0,98	109	0,99	116	0,97	103	0,97	69	1,18	88,5	1,13	97	1,05	<i>Alguns países que têm estreitado seus canais de diálogo com a OCDE</i>
78	0,78*	93	0,93	126	0,93	112	0,99	40	0,75	61,9	...	77	1,01	Africa do Sul
98	0,97*	100	1,00	108	1,00	108	0,98	96	1,00	93	1,06	84	0,98	China ³
...	Rússia ⁴
35	0,58*	53	0,82	91	1,08	45,1	1,01	43	1,06	<i>Países do E-9 (além do Brasil e China)</i>
44	0,55*	66	0,77*	94	0,83	102	0,91	105	0,95	71	0,79	82,5	0,92	Bangladesh
48	0,55*	66	0,71	94	0,77	93	0,84	112 ^z	0,96 ^z	42	0,60	44,4	0,71	55 ^z	0,83	Egito
82	0,86*	92	0,93*	114	0,98	117	0,96	45	0,83	73	1,01	Índia ⁵
88	0,94*	93	0,97*	112	0,97	111	0,98	114	0,97	53	0,99	69,7	1,01	89	1,03	Indonésia
55	0,65*	72	0,80	83	0,79	88	0,79	97 ^z	0,85 ^z	24	0,72	23,1	0,8	32 ^z	0,81	México
...	...	54	0,59*	92	0,82	25	0,48	33	0,76	Nigéria ⁶
96	1,00	98	1,00	108	...	113	0,99	114 ^z	0,98 ^z	72	...	84,3	1,05	84 ^z	1,12 ^z	Países sul-americanos mais populosos (além do Brasil)
81	1,00*	93	1,00*	103	1,02	114	1,00	116	0,99	50	1,19	70,3	1,11	85	1,11	Argentina
87	0,88*	90	0,89*	118	0,97	122	0,99	117	1,01	67	0,94	84,0	0,94	98	1,04	Colômbia
90	0,98*	95	1,00*	109	0,99	100	0,98	106	0,97	53	1,24	56,2	1,22	79	1,12	Peru
...	101	1,01	106	0,99	104	1,00	98	0,97	98,0	0,98	100	0,98	Venezuela
...	108	0,99	100	1,00	107	1,00	83	1,03	157,5	1,00	149	0,96	<i>Países-membros da OCDE (além do México)</i>
...	101	1,00	103	0,99	101	0,99	102	0,93	98,8	0,96	102	0,96	Alemanha
...	100	1,01	105	0,99	103	1,00	101	1,01	142,8	1,07	110	0,97	Austrália
...	104	0,98	99	1,00	99 ^z	0,99 ^z	101	1,00	102 ^z	0,98	Áustria
94	0,99*	97	1,00	101	0,98	101	0,97	106	0,95	73	1,07	79,5	1,04	91	1,03	Bélgica
...	98	1,00	101	1,00	99	1,00	109	1,01	124,6	1,06	119	1,03	Canadá
...	103	0,99	102	0,99	85,3	1,02	94	1,01	Chile
96	0,97*	98	0,99*	106	0,99	106	0,99	106	0,99	105	1,07	108,3	1,07	120	1,06	Dinamarca
...	103	0,98	101	1,03	99	1,00	92	1,01	95,1	...	94	1,01	Eslováquia
...	99	0,99	99	1,00	98	1,00	116	1,19	120,8	1,09	111	1,05	Espanha
...	108	0,99	107	0,99	110	0,99	98	1,05	110,7	1,00	113	1,01	Estados Unidos
93	0,93*	97	0,98	98	0,99	94	1,00	101	1,00	94	0,98	90,4	1,04	102	0,95	Finlândia
...	102	1,03	108	0,98	107	0,98	120	0,92	123,6	0,96	120	0,98	França ⁷
...	95	0,99	102	0,98	96	0,98	86	1,00	93,7	1,02	96	1,00	Grécia
...	102	1,00	104	0,99	104	1,00	100	1,09	107,4	1,06	113	1,07	Holanda
...	101	0,99	99	0,98	97	1,00	100	0,96	109,6	1,06	111	1,06	Hungria
...	...	99	1,00	104	1,00	103	0,99	105	0,99	83	1,00	91,7	0,99	101	0,99	Irlanda
...	100	1,00	101	1,00	100	1,00	97	1,02	101,8	1,01	101	1,00	Islândia
...	91	1,08	101	1,02	102	1,00	75	...	97,5	1,04	97	1,04	Itália
...	100	1,00	101	1,00	99	1,00	103	1,03	119,8	1,02	113	0,99	Japão
...	102	0,99	100	1,00	102	1,01	90	1,02	112,7	1,05	121	1,03	Luxemburgo
...	98	0,98	98	0,98	97	1,00	87	1,02	99,5	0,99	100	0,99	Noruega
88	0,92*	95	0,97	119	0,95	123	0,96	115	0,95	66	1,16	106,1	1,08	101	1,07	Nova Zelândia
...	105	1,01	101	1,00	104	1,01	87	1,04	101,0	1,00	97	1,02	Polónia
...	105	1,01	98	0,95	107	0,98	90	0,97	97,6	1,01	98	0,93	Portugal
...	97	1,00	103	0,99	101	0,99	91	0,97	82,7	1,04	96	1,01	Reino Unido
...	100	1,00	110	1,03	94	1,00	90	1,05	156,6	1,29	104	0,99	Coreia do Sul
...	90	1,01	102	1,00	97	0,99	99	0,95	93,7	0,92	93	0,96	República Tcheca
79	0,76*	89	0,84*	99	0,92	96	0,95	48	0,63	80	0,82	Suécia
Média Ponderada				Média Ponderada					Média Ponderada							
76	0,85	84	0,90	99	0,89	99	0,92	106	0,96	50	0,83	60	0,92	66	0,95	Mundo
99	0,99	99	1,00	103	0,99	102	1,00	101	1,00	93	1,01	100	1,00	100	1,00	Países desenvolvidos
68	0,77	80	0,86	99	0,87	98	0,91	107	0,95	41	0,75	52	0,89	61	0,94	Países em desenvolvimento
87	0,97	91	0,98	114	0,99	121	0,97	117	0,96	57	1,01	81	1,07	90	1,08	América Latina

4. Na Federação da Rússia, existiram no passado dois sistemas educacionais, ambos começando na idade de sete anos. O sistema mais comum ou disseminado tinha a duração de três anos e foi usado para cálculo de indicadores. O segundo sistema, no qual cerca de um terço das crianças do ensino primário eram matriculadas, tinha quatro séries anuais. Desde 2004, esse último sistema passou a ser adotado em todo o país.

5. Os dados de alfabetização para os anos mais recentes não incluem algumas regiões geográficas.

6. Devido à discrepância contínua na matrícula para cada ano de idade, a taxa líquida de matrícula na educação primária é estimada usando distribuição etária dos dados DHS de 2004.

7. Os dados incluem Departamentos e territórios franceses de ultramar (DOM-TOM). Os dados em itálico são estimativas do UIS.

(z) Os dados são para o ano letivo encerrado em 2006.

(y) Os dados são para o ano letivo encerrado em 2005.

(*) Estimativas nacionais.

Tabela 8.
O Índice de Desenvolvimento de EPT (IDE) e seus componentes, 2007

País ou território	População total	IDE	Posição de acordo com o nível de IDE	TLE total da educação primária ¹	Taxa de Alfabetização de Adultos	Índice de EPT relativo a Gênero	Taxa de sobrevivência até a 5ª série
Brasil ²	191.791	0,883	88	0,935	0,900	0,942	0,756
<i>Países do E-9 (além do Brasil e China)</i>							
Bangladesh	158.665	0,718	112	0,896	0,535	0,895	0,548
Índia	1.169.016	0,775	105	0,943	0,660	0,841	0,658
Indonésia	231.627	0,947	65	0,980	0,920	0,962	0,928
México	106.535	0,959	55	0,992	0,928	0,971	0,946
Paquistão	163.902	0,651	117	0,656	0,542	0,708	0,697
<i>Países sul-americanos mais populosos (além do Brasil)</i>							
Argentina	39.531	0,971	38	0,990	0,976	0,958	0,960
Colômbia	46.156	0,920	75	0,909	0,927	0,963	0,883
Peru	27.903	0,942	68	0,990	0,896	0,949	0,932
Venezuela	27.657	0,956	59	0,941	0,952	0,955	0,978
<i>Países-membros da OCDE (além do México)</i>							
Alemanha ²	82.599	0,994	3	0,998	1,000	0,993	0,984
Áustria ²	8.361	0,985	19	0,974	1,000	0,985	0,981
Bélgica ²	10.547	0,983	23	0,983	0,999	0,988	0,963
Chile	16.635	0,966	51	0,945	0,965	0,975	0,979
Dinamarca ²	5.442	0,985	18	0,961	1,000	0,990	0,990
Eslováquia ³	5.390	0,972	36	0,921	0,996	0,993	0,979
Espanha	44.279	0,987	17	0,998	0,979	0,971	0,998
Finlândia ²	5.277	0,987	15	0,965	1,000	0,984	0,999
França ²	61.647	0,991	7	0,992	0,988	0,995	0,990
Grécia	11.147	0,982	24	0,998	0,971	0,974	0,985
Holanda	16.419	0,990	8	0,986	0,999	0,986	0,990
Hungria ²	10.030	0,973	35	0,930	0,989	0,991	0,980
Irlanda ³	4.301	0,980	28	0,960	0,994	0,976	0,990
Islândia ²	301	0,987	16	0,975	1,000	0,981	0,991
Itália	58.887	0,992	5	0,994	0,989	0,991	0,996
Japão ²	127.967	0,994	2	0,998	0,992	0,997	0,990
Luxemburgo ²	467	0,989	11	0,988	0,990	0,987	0,992
Noruega ²	4.698	0,995	1	0,987	1,000	0,995	0,997
Nova Zelândia ²	4.179	0,992	6	0,993	0,998	0,987	0,990
Polónia ²	38.082	0,980	27	0,957	0,993	0,993	0,977
Portugal	10.623	0,970	43	0,990	0,949	0,950	0,990
Reino Unido ²	60.769	0,990	9	0,984	0,997	0,990	0,990
Coreia do Sul ²	48.224	0,984	21	0,985	0,999	0,972	0,980
República Tcheca ²	10.186	0,975	33	0,925	0,999	0,994	0,982
Suécia ²	9.119	0,984	20	0,940	1,000	0,996	1,000
Suíça ²	7.484	0,977	31	0,935	1,000	0,982	0,990
Turquia	74.877	0,913	77	0,923	0,887	0,872	0,969

Notas: Apenas os países com o conjunto completo de indicadores necessários para o cálculo do IDE estão incluídos nesta análise.

O IDE relativo a gênero em azul indica situação desfavorável aos homens, observada particularmente no ensino secundário.

1. A TLE total do ensino primário inclui as crianças do ensino primário na idade que estão matriculadas em um dos ensinos primário ou secundário.

2. Taxas de alfabetização de adultos são estimativas não oficiais do UIS.

3. A taxa de alfabetização de adulto é uma proxy com base no nível de escolaridade, ou seja, a proporção da população adulta com pelo menos uma educação primária completa.

Fontes: Anexo, Tabelas Estatísticas 2, 5, 7 e 8; Base de dados UIS.

Tabela 9.
Índice de Desenvolvimento de EPT (IDE) UNESCO - Histórico Brasil

Ano do Relatório da UNESCO	Ano Base Dados	Taxa Líquida de Escolarização (TLE) na Educação Primária	Taxa de Alfabetização de Adultos	Índice relativo à Gênero ¹	Taxa de Sobrevivência até a 5ª série	IDE	Classificação de acordo com o nível de IDE ²	Total de Países
2010 ⁽³⁾	2007	0,935	0,900	0,942	0,756	0,883	88	128
2009 ⁽⁴⁾	2006	0,956	0,896	0,948	0,805	0,901	80	129
2008 ⁽⁵⁾	2005	0,964	0,892	0,943	0,805	0,901	76	129
2007 ⁽⁶⁾	2004	0,940	0,886	0,951	0,844	0,905	72	125
2006 ⁽⁷⁾	2002	0,983	0,884	0,954	0,799	0,905	71	121
2005 ⁽⁸⁾	2001	0,965	0,882	0,951	0,799	0,899	72	127

1. Composto pela média simples para taxa bruta de matrícula na educação primária, taxa bruta de matrícula na educação secundária e taxa de alfabetização de adultos. Quanto mais próximo de 1, maior a extensão do país em relação à realização dos objetivos de EPT.

2. IDE Médio: O país ainda não atingiu o conjunto das metas, porém não se encontra entre os que estão muito longe de fazê-lo.

3. UNESCO. The EFA Global Monitoring Report 2010. Reaching the marginalized. Paris: UNESCO, 2010.

4. UNESCO. The EFA Global Monitoring Report 2009. Overcoming inequality: why governance matters. Paris: UNESCO, 2008.

5. UNESCO. The EFA Global Monitoring Report 2008. Education for all by 2015. Will we make it? Paris: UNESCO, 2007.

6. UNESCO. The EFA Global Monitoring Report 2007. Strong Foundations: Early Childhood Care and Education. Paris: UNESCO, 2006.

7. UNESCO. The EFA Global Monitoring Report 2006. Education for all: Literacy for Life. Paris: UNESCO, 2005.

8. UNESCO. The EFA Global Monitoring Report 2005. Education for all: The Quality Imperative. Paris: UNESCO, 2004.

Glossário

Alfabetização. Na Conferência Geral de 1958, a UNESCO adotou como definição que o termo referia-se à capacidade de um indivíduo ler e escrever, com compreensão, uma afirmação simples e curta relacionada à sua vida cotidiana.

O conceito de alfabetização evoluiu desde então, abrangendo um conjunto múltiplo de habilidades. Vinte anos depois, a UNESCO complementou a definição qualificando a alfabetização de funcional quando suficiente para que um indivíduo possa inserir-se adequadamente em seu meio, sendo capaz de desempenhar tarefas em que a leitura, a escrita e o cálculo são demandados para seu próprio desenvolvimento e para o desenvolvimento de sua comunidade. Assim, a alfabetização não está mais limitada a competência de ler e escrever enunciados simples mas engloba graus e tipos diversos de habilidades, de acordo com as necessidades impostas pelos contextos. Como lembrado pelo *Relatório de Monitoramento Global de EPT 2010*, atualmente, muitos consideram a alfabetização como a capacidade de identificar, interpretar, criar, comunicar e calcular, utilizando materiais impressos e escritos em vários contextos. A alfabetização é o processo de aprendizagem que capacita os indivíduos a atingir metas pessoais, desenvolver seus conhecimentos e seu potencial, e participar plenamente na comunidade e na sociedade de maneira mais ampla. O Marco de Ação de Belém, adotado em dezembro de 2009 durante a Sexta Conferência Internacional de Educação de Adultos (CONFINTEA VI), afirma que “A alfabetização é um instrumento essencial de construção de capacidades nas pessoas para que possam enfrentar os desafios e as complexidades da vida, da cultura, da economia e da sociedade”.

No Brasil, seguindo recomendações da UNESCO, a partir dos anos 1990, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) passou a divulgar também índices de analfabetismo funcional, tomando como base não a autoavaliação dos respondentes mas o número de séries escolares concluídas. Por este critério, são analfabetas funcionais as pessoas com menos das quatro primeiras séries do ensino fundamental concluídas.

Alfabetizado/analfabeto. Ver alfabetização

Analfabeto. Ver alfabetização

Atraso escolar. Calculado a partir de informações sobre a data de nascimento dos alunos. Assume o valor 0 para os alunos que têm a idade correta para sua série (no Brasil, até 11 anos na 4ª série e até 15 na 8ª) e valor 1 para aqueles que têm defasagem idade/série.

Educação e Cuidados na primeira infância (ECPI).

Programas que, além de provêm cuidados infantis, oferecem um conjunto de atividades de aprendizagem estruturado e significativo em uma instituição formal (pré-escola ou ISCED 0, conforme padrão internacional de classificação), ou como parte de um programa de desenvolvimento infantil não formal. Programas ECPI são normalmente desenvolvidos para crianças a partir de três anos de idade, e incluem atividades organizadas de aprendizagem envolvendo, em média, o equivalente a no mínimo duas horas por dia e 100 dias por ano.

Desempenho escolar. Desempenho em testes ou exames padronizados que medem o conhecimento ou a competência em uma disciplina específica. Algumas vezes o termo é utilizado como indicação de qualidade de educação em um sistema educacional ou para comparar grupos de escolas.

Educação básica. A gama completa de atividades educacionais que se realizam em diversos ambientes (formais, não formais e informais) com o objetivo de satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem. Da mesma forma, a classificação do Comitê de Ajuda ao Desenvolvimento da OCDE e outras classificações padrões de auxílio usam uma definição que inclui a educação na primeira infância, educação primária e habilidades básicas da vida para jovens e adultos, inclusive a alfabetização. Segundo a Classificação Internacional Normalizada da Educação (ISCED, sigla em inglês), a educação básica compreende as séries iniciais da educação primária (primeiro estágio da educação básica) e a educação secundária inferior (segundo estágio). No sistema de ensino brasileiro, a educação básica abrange a educação infantil (0 a 5 anos), o ensino fundamental (6 a 14 anos) e o ensino médio (15 a 17 anos).

Educação de adultos. Atividades educacionais oferecidas para adultos por meio de estruturas formais, não-formais ou informais, com o objetivo de complementar ou substituir educação e capacitação iniciais. O objetivo pode ser:

(a) concluir determinado nível de educação formal ou de qualificação profissional; (b) adquirir conhecimentos e habilidades em uma nova área (não necessariamente visando uma qualificação); e/ou (c) relembrar ou atualizar conhecimentos e habilidades. Ver também educação básica e educação continuada.

Educação primária (ISCED nível 1). Programas geralmente desenvolvidos com base em uma unidade ou em um projeto para proporcionar aos alunos uma educação básica sólida em leitura, escrita e matemática, juntamente com uma compreensão elementar de outras disciplinas, como história, geografia, ciências naturais, ciências sociais, artes e música. Em alguns casos, há também ensino religioso. Essas disciplinas contribuem para o desenvolvimento da capacidade dos alunos para obter e utilizar informações necessárias sobre sua família, sua comunidade e/ou seu país. Também é identificado como ensino primário.

Educação secundária (ISCED níveis 2 e 3). Programa que abrange o ensino secundário inferior e superior. O ensino secundário inferior (ISCED 2) geralmente é desenvolvido para dar continuidade aos programas básicos do nível primário, mas normalmente o ensino está mais focalizado nas disciplinas, exigindo professores mais especializados em cada área disciplinar. O final deste nível geralmente coincide com a conclusão da educação obrigatória. No ensino secundário superior (ISCED 3) – etapa final da educação secundária em muitos países – o ensino muitas vezes é organizado ainda mais acentuadamente por disciplinas, e normalmente os professores necessitam de qualificação de nível mais alto ou mais específica por disciplina do que os professores do ISCED nível 2.

Educação e formação técnica e profissional.

Programas desenvolvidos principalmente para preparar estudantes para o ingresso direto em determinada atividade profissional. A conclusão desses programas geralmente leva a uma qualificação profissional relevante para o mercado de trabalho, reconhecida pelas autoridades competentes (Ministério da Educação, associações de empregadores etc.) no país em que o título é obtido.

Educação pré-primária (ISCED nível 0). Programas no estágio inicial de ensino organizado, desenvolvidos principalmente para introduzir crianças de pouca

idade, geralmente a partir de três anos de idade, a um ambiente de tipo escolar, constituindo-se uma ponte entre o lar e a escola. Recebendo denominações diversas, como educação infantil, creche, educação pré-escolar, jardim de infância ou educação na primeira infância, esses programas constituem o componente mais formal de Educação e cuidados na primeira infância. Após a conclusão desses programas, as crianças continuam sua educação no ISCED 1 (educação primária).

Educação secundária inferior (ISCED nível 2). Ver educação secundária.

Educação secundária superior (ISCED nível 3). Ver educação secundária.

Educação terciária ou superior (ISCED níveis 5 e 6).

Programas com conteúdo educacional mais avançado do que o oferecido nos níveis 3 e 4 do ISCED. O primeiro estágio da educação superior, ISCED nível 5, inclui o nível 5A, composto por programas altamente teóricos, cujo objetivo é fornecer qualificação suficiente para o ingresso em programas de pesquisa avançada e profissões que exigem alta qualificação. Inclui, ainda, o nível 5B, cujos programas são geralmente mais direcionados para atividades práticas, técnicas e/ou ocupacionais. O segundo estágio da educação superior, ISCED nível 6, compreende programas dedicados a estudos avançados e a pesquisas originais, levando a uma qualificação em pesquisa avançada.

Equidade. Princípio que visa garantir a todos uma igualdade de condições para o pleno exercício do direito à educação de qualidade. Na perspectiva da equidade educativa, o que é desigual na origem deve ser tratado de forma diferenciada para se chegar a resultados de aprendizagem equiparáveis e não reproduzir as desigualdades presentes na sociedade. O conceito de equidade completa o princípio de não discriminação ao impor um tratamento desigual como forma de assegurar os direitos de grupos populacionais em situação de vulnerabilidade ou exclusão baseada em gênero, pobreza, residência, etnia, idioma ou outras características. Para uma efetiva garantia de um sistema educativo de qualidade é preciso que a equidade permeie uma tripla dimensão: acesso, processos e resultados.

Índice de Desenvolvimento da Educação (IDE). Índice que visa medir os progressos em geral em direção à Educação para Todos. Atualmente, o IDE incorpora os quatro objetivos de EPT que podem ser mais facilmente quantificados – Educação Primária Universal, medida pela taxa líquida de escolarização; alfabetização de adultos, medida pela taxa de

alfabetização de adultos; igualdade de gênero, medida pelo índice de EPT relativo a gênero; e qualidade da educação, medida pela taxa de sobrevivência até a 5ª série. Seu valor é a média aritmética dos valores desses quatro indicadores.

Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB). Índice brasileiro indicador de qualidade educacional é calculado para cada escola pública do país, por meio de sua taxa de aprovação e dos resultados de seus alunos na Prova Brasil.

Índice de EPT relativo a gênero (IEG). Índice que mede a igualdade de gênero em relação à participação total na educação primária e secundária, assim como na alfabetização de adultos. O IEG é o resultado da média aritmética dos índices de igualdade de gênero das taxas brutas de matrícula na educação primária e secundária.

Índice de Paridade de Gênero (IPG). Relação mulher/homem dos valores de determinado indicador (em alguns casos, relação homem/mulher). Um IPG com valor 1 indica paridade entre os sexos; um IPG acima ou abaixo de 1 indica uma desigualdade em favor de um sexo em relação ao outro.

Matrícula. Número de alunos matriculados em determinado nível de educação, independentemente da idade. Ver também Taxa Bruta de Escolarização e Taxa Líquida de Escolarização.

Necessidades básicas de aprendizagem. Definidas na Declaração Mundial sobre Educação para Todos (Jomtien, Tailândia, 1990) como ferramentas essenciais para a aprendizagem (por exemplo, alfabetização, expressão oral, operações com números, resolução de problemas) e conteúdo básico de aprendizagem (por exemplo, conhecimentos, habilidades, valores, atitudes) que os indivíduos devem adquirir para sobreviver, desenvolver capacidades pessoais, viver e trabalhar com dignidade, participar no desenvolvimento, melhorar a qualidade de vida, tomar decisões conscientes e continuar o processo de aprendizagem. O escopo das necessidades básicas de aprendizagem e a maneira como devem ser adquiridas variam de acordo com o país e a cultura, e modificam-se ao longo do tempo.

Padrão Internacional de Classificação para Educação (ISCED, sigla em inglês). Sistema de classificação desenvolvido como instrumento para reunir, compilar e apresentar indicadores e estatísticas comparáveis sobre educação, tanto no âmbito nacional, como internacional. Esse sistema foi introduzido em 1976 e revisado em 1997 (ISCED97).

PISA. O *Programme for International Student Assessment* (PISA) produz indicadores sobre a efetividade de sistemas educacionais de 41 países, englobando 30 países membros da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e alguns outros países convidados, como o Brasil. A cada três anos, o PISA aplica testes padronizados para estudantes com 15 anos de idade. Em 2000, os testes foram de Leitura; em 2003, de Matemática; em 2006, de Ciências e em 2009, foram testadas as três áreas de conhecimento.

Plano de Ações Articuladas (PAR). Planejamento multidimensional da política de educação que os municípios, os estados e o Distrito Federal devem fazer para um período de quatro anos — 2008 a 2011. O PAR é coordenado pelas secretarias municipais/estaduais de educação, mas deve ser elaborado com a participação de gestores, de professores e da comunidade local. A dinâmica do PAR inclui três etapas: em primeiro lugar o diagnóstico da realidade da educação e em segundo a elaboração do plano são as duas primeiras fases que correspondem ao município. A terceira etapa é a análise técnica feita pela secretaria de educação básica do Ministério da Educação (MEC) e pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). Depois da análise técnica do plano, o município assina um termo de cooperação com o MEC cujo conteúdo contempla programas aprovados e classificados segundo a prioridade do município. O termo de cooperação detalha a participação do MEC que pode ser com assistência técnica por um período ou pelos quatro anos do PAR, e assistência financeira. No caso da transferência de recursos, o município precisa assinar um convênio, que é analisado para aprovação a cada ano.

População em idade escolar. População da faixa etária que oficialmente corresponde a determinado nível de educação, quer esteja matriculada na escola ou não.

Professores ou corpo docente. Número de pessoas empregadas em período integral ou parcial como professores regulares para orientar e conduzir experiências de aprendizagem dos alunos, independentemente de sua qualificação ou dos métodos de provimento de ensino, isto é, presencial e/ou a distância. Esta definição exclui pessoas que não exercem atividades de ensino (por exemplo, coordenadores ou diretores que não lecionam) e pessoas que, ou trabalham ocasionalmente ou realizam trabalho voluntário.

Repetentes. Número de alunos matriculados na mesma série ou no mesmo nível que frequentaram no ano anterior, expresso como porcentagem do número total de matrículas naquela série ou naquele nível.

Série. Estágio de instrução geralmente equivalente a um ano letivo completo.

Taxa Bruta de Escolarização (TBE). Número total de alunos matriculados em determinado nível de educação, independentemente de idade, expresso como porcentagem da população pertencente ao grupo etário que oficialmente corresponde a esse nível de educação. Para o nível superior, é utilizada a população no grupo etário cinco anos acima da idade de conclusão do ensino secundário. Essa taxa pode ultrapassar 100% em razão de ingresso precoce ou tardio e/ou repetência.

Taxa de alfabetização de adultos. Número de adultos a partir de 15 anos de idade alfabetizados, expresso como porcentagem do total da população adulta nesse grupo etário. As diferentes maneiras de definir e avaliar a alfabetização podem produzir resultados diferentes em relação ao número de pessoas consideradas alfabetizadas.

Taxa de alfabetização de jovens. Número de pessoas entre 15 e 24 anos de idade alfabetizadas, expresso como porcentagem da população total nesse grupo etário.

Taxa de escolarização para idade específica. Número de matrículas de determinado grupo etário, independentemente do nível educacional em que os alunos estão matriculados, expresso como porcentagem da população pertencente ao mesmo grupo etário.

Taxa de mortalidade infantil. Probabilidade de morte entre o nascimento e o primeiro aniversário, expresso pelas mortes por mil nascidos vivos.

Taxa de participação na força de trabalho. Parcela da população economicamente ativa, composta pelas pessoas empregadas e pelas desempregadas, em comparação com a população em idade produtiva.

Taxa de sobrevivência escolar por série. Porcentagem de alunos matriculados na primeira série de um ciclo educacional em determinado ano letivo que devem atingir uma série determinada, independentemente de repetência.

Taxa líquida de escolarização. Número de alunos matriculados em determinado nível, no grupo etário oficial de frequência em determinado nível de educação, expresso como porcentagem da população pertencente a esse grupo etário.

© 2010 Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO)

BR/2010/PI/H/7

Elaboração: Representação da UNESCO no Brasil
Setor de Educação – Equipe de planejamento e gestão da educação
Redação: Ângela Barreto e Helenne Simões
Revisão: Jair Santana
Edição: Lígia Kosin
Diagramação: Bárbara Duarte

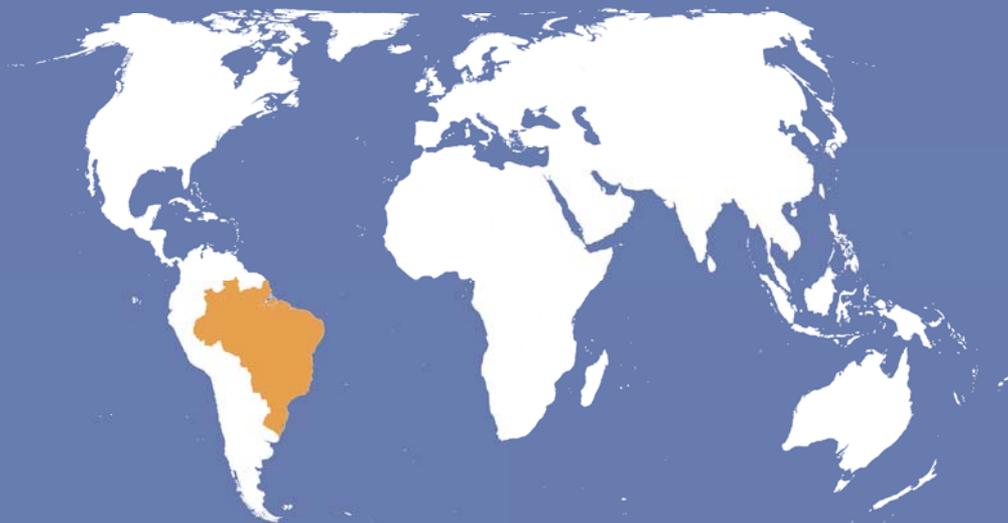


Organização
das Nações Unidas
para a Educação,
a Ciência e a Cultura

Representação
no Brasil

 Moderna

Monitoramento dos Objetivos de Educação Para Todos no Brasil



Publicado pela
Representação da UNESCO no Brasil
Setor de Educação

SAUS Quadra 5, Bloco H, Lote 6
Ed. IBICT/UNESCO/CNPq, 9º andar
CEP: 70070-912, Brasília, DF
Site: www.unesco.org/brasil
E-mail: brasil@unesco.org